

INDEPENDÊNCIA

Revista de Cultura Lusíada

NOVA SÉRIE

N.º 2



ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE DA EDIÇÃO N.º 76 DO BOLETIM INFORMATIVO E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

EFEMÉRIDES DA S.H.I.P.



ROMAGEM AO CEMITÉRIO PORTUGUÊS DE
«RICHERBOURG L'AVOUE» — 1990



INAUGURAÇÃO DA PLACA — MEMÓRIA A DIEGO
PEREIRA — FAIAL 1990



ENTREGA DO PRÉMIO «ABOIM SANDE LEMOS —
IDENTIDADE PORTUGUESA» À UCCLA EM 24-5-1989



CAMPEONATO DE ESGRIMA — 1991



COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO 1987.
S. Exº O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ASSINANDO O LIVRO DE HONRA DA S.H.I.P.

INDEPENDÊNCIA

Revista de Cultura Lusíada

INDEPENDÊNCIA É UMA REVISTA QUE REFLECTE
EM PALAVRAS E IMAGENS, OS INTERESSES NACIONAIS
E HISTÓRICOS DA NOSSA CULTURA LUSÍADA.
AS OPINIÕES EXPRESSAS OU DOUTRINAS EXPOSTAS
NOS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES, NÃO REFLECTINDO, NECESSARIAMENTE,
OS PONTOS DE VISTA DA SOCIEDADE HISTÓRICA
DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

A colaboração é solicitada pela Direcção da Revista
a qual não assume o compromisso de publicar
ou devolver os originais enviados sem
observância daquela condição

ÍNDICE

2 EFEMÉRIDES DA S.I.L.P.

4 EDITORIAL
General Théodore Barata

5 COLOMBO E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA: ACHEGAS A 1992
Paulo Jorge Pinto

8 A MISSÃO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS
Dra. Olívia M. de Sousa Martins

9 ENTREVISTA COM O GENERAL ALCIDE DE OLIVEIRA

12 FOLCLORE MUSICAL PORTUGUÊS
Músico Dr. António Leitão

14 REENCONTROS COM A HISTÓRIA/APONTAMENTOS DE VIAGEM
Dr. Eugénio Ribeiro Ribeiro

22 LEMBRANDO HERMENEGILDO CAPELO E ROBERTO IVENS
Dra. Maria Nozinha de Melo Lobo

25 UM PORTAL NA MURALHA FERNANDINA, AO FUNDO DOS JARDINS DO
PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

27 TEIXEIRA DE PASCOAES, UMA POESIA DA ALMA PORTUGUESA
Dra. Teresa Reymondas

28 O CRESCIMENTO
Dr. Becker D'Assumpção

29 UMA CARTA DE GOA
Dra. Maria de Lourdes Sá Nogueira Sardinha

31 EFEMÉRIDES DA S.I.L.P.

EM SUPLEMENTO DESTACÁVEL «CADERNOS DE HISTÓRIA»

CAPA

PARTIDA DE VASCO DA GAMA
(Pintura de João Vaz)

CONTRACAPA

O TERRIÇO DO PAÇO NO
SÉCULO XVIII

CORPOS SOCIAIS DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:
General Tomás José Basto Machado
Vice-Presidentes:
Almírante António Galvão de Almeida Brandão
Dr. José Manuel Marques Palmeirim
Secretários:
Coronel Carlos José Vences e Costa
Dr. Quíntino Mouzinho Correia Cardoso
Vice-Secretário:
José António Reis dos Santos Marques

DIREÇÃO

Presidente:
General Manuel Freire Théodore Barata
Vice-Presidentes:
Dr. José Luís Esteves da Fonseca
Dr. José de Magalhães Ville de Figueiredo
Vogais:
João António Pacheco Pinto Coutinho
Francisco Guilherme Fernandes Vaz Garcia
dos Santos
Alberto Augusto Marques das Reis
Dr. João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa
António Bernardo e Silva Gonçalves

CONSELHO FISCAL

Presidente:
General Joaquim Lopes Cavalcante
Relator:
Dr. Vitor Hugo Rodrigues
Secretário:
Dr. João de Barros Parada

EDITORIAL

NUNCA POR NUNCA

A história das pátrias é um constante vencer de encruzilhadas. Umas simples, fáceis de ultrapassar e onde qualquer erro de itinerário não tem consequências de maior, pois é possível emendá-lo sem prejuízos de vulto. Outras, porém, são definitivas e podem ser fatais, já que alguns dos caminhos não permitem nem saída nem retorno.

E diz também a história que nesses momentos decisivos tomar o caminho certo é sempre mais instinto do que inteligência. Quero dizer que se importa o alinhamento de hipóteses e argumentos, o seu estudo com elevado rigor científico, técnico e, até, político e a reflexão das élites intelectuais, a solução tem de brotar sempre do mais fundo da alma colectiva de todo o povo, lá onde se esconde uma voz que ordena «vai por ali».

Esse apelo de consciência que conduz com segurança o homem pelo caminho aberto do dever e da felicidade, também não engana as nações em cada passo difícil do seu percurso histórico.

Quantas vezes, através de escolhas antes insuspeitadas, tal aconteceu!

Nós, portugueses, temos disso uma longa experiência – e experiência feliz. Dois exemplos, apenas. Foi, assim, logo nos primórdios da nacionalidade, quando o povo se reconheceu no gesto rebelde e ousado de D. Afonso Henriques. Era um caminho aparentemente sem saída e para realizar um desejo ainda embrionário do colectivo da gente. Foi, assim, na dramática crise de 1383-85. Então, à luz do bom senso e do quadro da época não havia caminho. Houve que rasgá-lo, primeiro tentando e logo abrindo portas por onde passou, firmando-se, a independência de Portugal.

Hoje, estamos, de novo face ao desconhecido. O processo em curso de fazer da Europa uma grande família, habitando em paz a velha Casa Comum da nossa civilização, não nos assusta, nem devemos por isso abandoná-lo. Apenas se impõe que, ao avançar por esse caminho e em cada um dos seus passos fundamentais – e este, de Maastricht, é um deles – nunca por nunca, punhamos em risco a independência de Portugal. Isto é possível hoje como foi outrora. Basta para tal, que nos nossos corações de portugueses não troquemos o ser pelo ter; ou seja, não troquemos este valor supremo de sermos pátria por aliciantes benesses materiais.

Manuel Freire Themudo Barata
General

COLOMBO E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA: ACHEGAS A 1992

por PAULO JORGE PINTO

Chegámos, finalmente, a 1992. Este é, por exceléncia, o ano das comemorações internacionais dos Descobrimentos. Estamos, como é evidente, a falar da colossal operação de marketing promovida principalmente pelos nossos vizinhos espanhóis, que inclui a Exposição Universal em Sevilha e os Jogos Olímpicos em Barcelona. Pena é, porém, que se corra o risco de tal esforço corresponder mais à necessidade da projeção internacional da imagem da moderna Espanha pós-franquista, do que a uma real vontade de promover a investigação histórica.

As comemorações incidem sobre variados aspectos dos Descobrimentos e da Expansão Ibérica dos séculos XV e XVI, mas assentam num único pilar: os 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano. Este facto é o mote para as mais amplas interpretações, desde a sua classificação como «O Descobrimento» até à insinuação da primazia castelhana como motor essencial da grande aventura dos Descobrimentos conducente ao encontro de culturas. Serve, sobretudo, para a «avenda» de uma imagem que se pretende eficaz: a Espanha actual como vanguarda da Modernidade, tal como o acto de 1492, o navegador Colombo e os Reis Católicos personificaram alegadamente o avanço dessa mesma Modernidade.

1992 é, assim, o ano de Colombo. Multiplicam-se os escritos sobre o navegador, a sua biografia, a sua origem e o seu projecto. É evidente que o tema parece inesgotável, mas parece-nos, sobretudo, que certas abordagens fáceis

e simplistas omitem questões fundamentais. Referimo-nos aqui aos contextos e enquadramentos da época, muitas vezes ausentes na literatura de divulgação sobre o tema, mas sem os quais se pode cair em erros grosseiros do mais primário anacronismo. É necessário integrar Colombo no seu tempo, à luz dos problemas da época, desviando o cerne da questão para os seus reais protagonistas: os Reis Católicos e, sobretudo, D. João II.

O último quartel do século XV marca uma etapa decisiva na História dos Descobrimentos, quando as viagens assumem definitivamente a feição de empresa de Estado com um objectivo muito concreto: atingir a Índia. Este projecto, e também a estratégia utilizada e os meios empregues para o seu sucesso, foram obra de um homem, o rei português D. João II. Um conhecimento e entendimento aprofundados sobre esta fase decisiva dos Descobrimentos não podem perder de vista este factor, assim como o complexo contexto político-diplomático da época.

A liderança portuguesa no processo da Expansão no século XV é algo de absolutamente incontestável. É soberanamente conhecida a evolução dos Descobrimentos nesta época, mas permitimo-nos referir alguns dados fundamentais. Até à década de 1470 o quadro é o seguinte: Portugal consegue estabelecer um percurso de avanço progressivo ao longo da costa africana, arrogando-se direitos de exclusividade de navegação e comércio assentes nas concessões das bulas papais. Estas permitem a Portugal,

AO SERVIÇO DA AERONÁUTICA DESDE 1918

CSA • SOTI-D • ARDESTI • TURMO • GARRETT TPI 336

EQUIPAMENTO ELECTRÓNICO PARA DIAGNÓSTICO E TESTE DE AVIONICOS



FABRICAÇÃO
DE COMPONENTES

DIAGNÓSTICO E REPARAÇÃO
DE AVARIAS EM EQUIPAMENTOS
ELECTRÓNICOS UTILIZANDO
ESTAÇÕES DE TESTE AUTOMÁTICO (ATS)

REPARAÇÃO
DE SISTEMAS HIDRÁULICOS,
PNEUMÁTICOS E DE COMBUSTÍVEL



CASA HERCULES - L100



PWMA • ALDEIA DO



OFICINAS GERAIS DE MATERIAL AERONÁUTICO

2615 ALVERCA

* PORTUGAL

• 101/9581000 • TELEX 14479 OGMA P • TELEFAX 101/9581288

quer durante a vida do infante D. Henrique quer após, reforçar a concorrência, sobretudo por parte dos andaluzes.

A morte de Henrique IV em 1474 e a candidatura do rei D. Afonso V ao trono castelhano nos anos seguintes vêm alterar substancialmente este panorama. O monarca português havia alcançado um notável sucesso na defesa da exclusividade portuguesa no acesso às costas africanas, mediante a protecção papal ao seu projecto de expansão em Marrocos susceptível de suster, pelo menos em termos diplomáticos, as pretensões castelhanas. Subitamente, a sua interferência nos assuntos internos de Castela vem lançar um novo dado no relacionamento ibérico. Para além do que esta aventura significou em termos materiais, interessa-nos referir sobretudo o facto de que tal permitiu ao partido contrário, liderado por D. Isabel, uma oportunidade inesperada para interferir directamente na navegação e comércio africanos, fazendo tábua rasa da conjuntura anterior. A batalha do Toro, além de colocar um ponto final nos sonhos hegemónicos de D. Afonso V, coloca a necessidade premente de um acordo global entre as coroas de Portugal e Castela. Este acordo era potencialmente perigoso: envolvia em aberto a discussão sobre posições que Portugal havia ganho anteriormente. No entanto, as condições do

Traité de Alcaçovas-Toledo revelam o real estado da situação de Portugal e de Castela no que toca ao processo da expansão ultramarina.

Como é sabido, o tratado estabelecia, em traços gerais, o abandono das pretensões do rei português ao trono castelhano, e traçava o limite do espaço de cada uma das coroas, entregando definitivamente a soberania sobre as Canárias a Castela e concedendo a Portugal o espaço a sul do arquipélago. Porém, uma análise mais cuidada revela a diferença abissal entre as duas coroas. A política ultramarina portuguesa, já sob orientação do príncipe D. João, mostra possuir um projecto global e coerente. Na verdade, Portugal mantém as prerrogativas anteriores no que respeita à exclusividade de navegação nas costas africanas, quer no espaço já percorrido, mas também no que haveria potencialmente a percorrer. Assim, Portugal consegue, de uma assentada, inverter completamente um cenário que lhe era potencialmente desfavorável antes das negociações. Reserva para si os direitos sobre as terras que já explorava, mas alarga-os a todo o espaço que previa já vir a explorar num futuro próximo. Mais importante ainda, vê esses direitos salvaguardados pelo seu mais directo rival. Em troca, limitou-se a entregar a soberania sobre as Canárias, mas conseguiu



CARTA ATLÂNTICA DE LUIS TEIXEIRA, CERCA DE 1600. BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE, FLORENÇA

mantiver o acesso de navegação sobre as mesmas ilhas. Em 1480 Castela não estava ainda preparada para a Expansão. Só assim se entende o facto de assinar um tratado que lhe vedava definitivamente o acesso às riquezas africanas, nomeadamente as da região da Mina, assim como à Índia e ao Oriente, que os portugueses estavam definitivamente empenhados em alcançar.

É este o enquadramento existente aquando da presença de Cristóvão Colombo em Portugal. Parece ter aqui chegado em 1476, e aqui permaneceu durante alguns anos, aprendeu o essencial da arte náutica e casou com D. Filipa Moniz. É preciso, de uma vez por todas, compreender que Colombo «tornou-se», de facto, português, à luz da mentalidade e costumes da época. É, aliás, o próprio Las Casas que diz que era «persona ya vecino y casi natural de Portugal» (*Hist. de las Indias*, I, 3). O mais importante é, porém, referir que todos os conhecimento náuticos que possuía foram adquiridos em Portugal. Parece ter viajado várias vezes às costas de África Ocidental, nomeadamente à Mina, assim como parece estar acreditado a sua estadia no arquipélago da Madeira. Foi também em Portugal que teve conhecimento da teoria Toscanelli, que, como é bem conhecido, defendia um caminho mais rápido para se alcançar as Índias do que aquele que os portugueses tecnicamente procuravam. Só que esse caminho, navegando em direcção para Ocidente, pressupunha que as dimensões da Terra seriam muito mais reduzidas do que são na realidade.

Quando Colombo apresenta o seu projecto a D. João II, este rejeita a proposta, após exame detalhado. Muito se tem escrito sobre a infelicidade de tal decisão, que entregou nos muros dos Reis Católicos um continente. A realidade, no entanto, mostra que tais apreciações são puros anacronismos em face à época em questão. Na verdade, o mais elementar bom-senso aconselhava a rejeição: o projecto assentava, em primeiro lugar, em concepções geográficas tidas, e a curto prazo provadas, como falsas. O próprio D. João II, pelo que se conhece da sua cultura e conhecimentos (como diz, por exemplo, Jerónimo Munzer), estava certamente em posição de confirmar pessoalmente tal facto. Depois, as exigências de Colombo, em termos de direitos e mercês a usufruir em caso de acordo, eram totalmente inconcebíveis por parte da Coroa portuguesa. Se pensarmos que Colombo tentava atingir a China e o Japão, podemos avaliar melhor o delírio presunçoso que constituía as suas exigências. Outras propostas de viagens de exploração para Ocidente, de que se conhecem várias mas nenhum resultado, foram aceites pelo monarca, certamente porque se destinavam a achar ilhas que se pensava existirem a Oeste, e não as Índias, e também porque os termos dos contratos deveriam ser certamente mais modestos do que o de Cristóvão Colombo.

Finalmente, é preciso tomar em consideração o facto de D. João possuir um plano cuidadosamente traçado, calculado e posto em prática. Existia toda uma máquina política, económica e burocrática, a funcionar em pleno para a sua condução do plano, coordenando a exploração económica da costa africana com a recolha de informações de diversa índole e o planeamento das viagens de exploração. Todo este sistema, que funcionava às ordens e ao serviço do Estado, não podia simplesmente ser posto em causa pelos planos de um arrivista iludido. Assim, não existia a mínima motivação para alterar o modelo e a prática corrente: reservar para a Coroa a exclusividade da exploração da costa africana e a procura do caminho marítimo para o Oriente, e deixar a particulares a iniciativa das viagens de exploração a Ocidente, à custa de cada um. Colombo, pelo contrário, pretendia armazear uma frota totalmente suportada pela Fazenda Real.

O projecto de Colombo foi rejeitado, portanto. A sua passagem para Castela, para além de se dever a problemas

pessoais mal conhecidos que parece ter criado em Portugal, revela também algo de mais profundo e interessante: Colombo sabia perfeitamente da aptidão castelhana em seguir os passos do vizinho. Porém, Castela estava muito mais interessada nos seus assuntos internos. Prova-o o facto de Colombo só ter sido levado a sério após a conquista definitiva de Granada em 1492. Podemos suspeitar o que esperaria o pobre genovês se esta conquista se tivesse arrastado por muitos anos.

De qualquer modo, os Reis Católicos acabam por aceitar o projecto e as exigências de Colombo. É um sinal claro da inexperiência castelhana nestas Índias, mas revela simultaneamente a sua impaciência: em 1492 os portugueses estão às portas da Índia, e D. João II estava apenas a um passo de consumar o seu plano há tanto traçado. A proposta de Colombo é uma oportunidade inesperada, ainda que cara de eficiência duvidosa: atravessando o Atlântico atingiria-se castilho e atingiria-se as Índias antes dos portugueses. Se Alcaçovas impedia o caminho para Sul, a chegada do genovês à corte dos Reis Católicos funcionava como a última e desesperada, ainda que ardilosa tentativa de recuperar o atraso em relação a Portugal e de se desembargarem definitivamente dos escolhos de Alcaçovas.

No regresso da sua viagem, em que tropeçou no continente americano ao pretender alcançar a Ásia, Cristóvão Colombo dirige-se a Lisboa. Os motivos de tal atitude não são inteiramente claros, sendo possível, mas não totalmente certo, que tal se tenha devido a uma tempestade. No entanto, a decisão de se deslocar vários quilómetros, e passar vários dias em Portugal, enquanto os Reis Católicos o aguardavam, revela-nos o orgulho do navegador, e a vontade de declarar em triunfo a sua vitória ao rei que o havia rejeitado. Colombo estava convencido de ter alcançado o Cipango de que falava Marco Polo, e cuja descrição o havia impressionado de forma tão vívida. Parece ter morrido com a mesma convicção, embora não certamente tão sólida como anteriormente.

O equívoco colombino motivou uma decisão imediata por parte do monarca português: reclamar as terras descobertas como suas, nos termos do Tratado de Alcaçovas, e preparar uma armada para tomar posse efectiva das mesmas. A oposição dos Reis Católicos, e o seu apelo à resolução pacífica e negociada da questão constituiu nova moratória ao andamento do plano de D. João II, que morreria pouco depois sem assistir ao clímax do seu trabalho.

As negociações entre as duas Coroas levaram à assinatura de um novo Tratado, assinado em Tordesilhas em 1494, com uma nova partilha do espaço atlântico. As condições, porém, e apesar das aparentes apontarem para a vantagem castelhana, que reservou para si grande parte do continente americano, marcam à data a vitória completa das posições portuguesas, e a genialidade estratégica do seu rei. De facto, D. João II conseguiu inverter totalmente a conjuntura diplomática que lhe era desfavorável, com as bulas papais que favoreciam nitidamente os Reis Católicos. Conseguiu colocar novamente a discussão em termos das relações bilaterais entre Portugal e Castela, e as condições assinadas são claramente um sinal da sua vitória diplomática.

Em primeiro lugar, o Tratado assinala nitidamente o grosseiro erro de Colombo, o logro em que os Reis Católicos haviam caído: D. João II não tem a menor reticência em entregar as terras de Colombo aos Reis Católicos. Sabia perfeitamente que não havia ali terras asiáticas. Se tivesse a mais pequena dúvida acerca disto, como as entregaria tão facilmente aos seus mais directos rivais? Por outro lado, o novo Tratado consagrava, pela segunda vez, o que o rei ambicionava, o que realmente era importante na época: o caminho livre para chegar à (verdadeira) Índia, com

suficientes pontos de escala e abastecimento, e suficiente espaço atlântico de manobra, que pudesse manter à distância os castelhanos. Quanto à América, não tinha o menor interesse e significado na altura. Os esforços de Colombo para contactar o grande Khan, e procurar o tão ambicionado ouro, revelaram-se infrutíferos. Assim, enquanto o rei português tem novamente as mãos livres para continuar o seu projecto, os castelhanos vêem-se a bracos com enormes dificuldades para o arranque de um projecto de política ultramarina, que só surgirá, embrionária, no século seguinte.

Como acabámos de ver, comemora-se em 1992 um equívoco. A própria ideia de se comemorar no presente ano o Descobrimento do continente americano é falsa: Colombo chegou em 1492 às Antilhas, e só na sua terceira viagem, em 1498, explorou a costa mexicana. Assim, o actual delírio de comemorações em torno dos 500 anos do «Descobrimento» resultam mais do mito de Colombo, tornado um pouco à força um herói da Modernidade e dos Descobrimentos, mercé do contexto actual, do que da fria análise dos factos.

Não há, porém, que minimizar a real figura e significado da vida de Colombo. Um mérito não lhe pode ser negado: o de protagonista central, ainda que involuntário, das origens do contacto entre povos e culturas, daquele definitivo do isolamento da América. De facto, mesmo que os Vikings já tivessem chegado na viragem do milénio, ou que os portugueses tivessem efectuado viagens pré-colombinas ao Novo Mundo, só com Colombo é que os contactos tiveram continuidade, permitindo a integração das culturas e civilizações americanas na História Universal.

A MISSÃO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS

por Dra. OFÉLIA M. DE SENA MARTINS

Quero crer que nem todos os professores de Português deram ainda bem conta da extraordinária responsabilidade que assumiram ao escolherem o ensino da Língua Portuguesa. Se todos os professores têm uma missão importante a desempenhar junto dos seus alunos a do professor de Português merece especial relevo, visto que o uso correcto e equilibrado da língua materna é um extraordinário valor aplicável nas diversas circunstâncias da vida. Dele depende a maneira como nos exprimimos, comunicamos e transmitimos.

Debruçando-nos sobre o estudo da História da Humanidade verificamos que houve sempre uma procura, no tempo e no espaço para expansão das ideias, mas elas não serão devidamente compreendidas e aceites se a linguagem escrita ou oral não for o veículo seguro e certo que há de levá-las aos que nos escutam ou lêem.

Quando o meio transmissor for deficiente ou o pensamento mal expresso, as ideias e os factos podem ser irremediavelmente desvirtuados.

Utilizando, porém, uma linguagem correcta, clara e precisa poderemos comunicar aos outros na integra e sem receio de falsas interpretações, os nossos anseios as nossas inquietações e também as nossas certezas.

É um dom precioso o dom da comunicabilidade.

Cada palavra tem o seu significado próprio e constitui uma unidade importante que deve ser sempre transmitida com correção, pureza e, se possível, elegância. Não devemos esquecer que a linguagem oral é principalmente a escrita, quando usada correctamente, revela as preferências do autor, pois que é o espelho onde se reflecte toda a sua personalidade ora simplex, transparente, ora emotiva ou forte, ora rica ou pobre.

Dada a sua marcada importância o ensino da língua deve ser feito com especial cuidado e muito amor, lembrando-nos sempre de que ela constitui uma riqueza para o indivíduo e para a Pátria. Ela representa a própria Nação e estabelece comunicação entre os povos.

O professor, que verdadeiramente zela pelo desenvolvimento intelectual dos seus alunos, há-de ainda empenhar-se em os ensinar a reflectir sobre quanto lêem, não só para colherem informações correctas sobre quanto está escrito, mas ainda para seu maior aperfeiçoamento no uso da língua.

A nossa língua é um tesouro inestimável que queremos transmitir intacto aos que depois de nós vierem; por isso não pode ficar sujeita às fantasias de quem, mais ou menos irresponsavelmente, pretende adulterá-la.

O professor há-de pensar e sentir que a sua missão é apaixonante e que, dentro ou fora da escola, lhe cabe a missão de preparar os seus alunos para triunfarem na vida, contribuindo para a difusão da cultura. Deve ter consciência bem clara dessa missão e vivê-la com amor e entusiasmo, procurando sempre transmitir aos alunos esse mesmo entusiasmo pela própria língua, que é um dos principais elementos para a cultura e para a independência da Pátria.

Rejseram LDA - FÓRUM PICADAS - Av. Fontes Pereira de Melo - 38/C - 1600 LISBOA

CONGRESSOS EXPOSIÇÕES FEIRAS REUNIÕES



Telefone 3151037 — Telex 64787 FORUM P — Teletax 546175

ENTREVISTA

Na sequência da série de entrevistas que programámos, ouvimos desta vez o nosso consócio Sar. General Frederico Alcide de Oliveira, membro do Conselho Superior da SHIP.

Entrevista longa, ou talvez melhor, maior que o habitual mas plena de interesse, como os leitores irão verificar.

SHIP: - Ao fim de 50 anos consecutivos ao serviço exclusivo das Forças Armadas sente-se desiludido ou realizado sob o ponto de vista profissional?

Gen: - Totalmente realizado. Se voltasse aos meus 17 anos faria a mesma opção. A profissão das armas proporcionou-me uma vida apaixonante, plena de

experiências variadas, às vezes árduas mas emocionantes.

SHIP: - É portanto feliz?

Gen: - A felicidade é um estado de espírito complexo de difícil concretização onde uma sensata limitação da ambição é tão importante como o sucesso alcançado, mas apenas conseguida se manter calor humano à sua volta. Tem tantas condicionantes e é tão evolutivo que prefiro considerar-me antes um privilegiado, por me ter sido concedido viver numa época de espectaculares mudanças no Mundo. Poucas gerações na História da humanidade e na do meu país puderam ou poderão vir a beneficiar semelhante experiência.

SHIP: - Quer concretizar?

Gen: - No começo da minha vida militar, por exemplo, utilizei ainda meios bélicos de que Xenofonte e Alexandre se serviram (o cavalo, a estafeta, o pombo correio etc.) mas ao longo dela houve que se integrar no emprego da T.S.F., da TV., do computador, dos satélites, da bomba nuclear etc.

Enquanto isto, sofri os sete angustiosos decénios de agressão da URSS ao mundo livre, a queda do comunismo na Europa, no âmbito nacional, o fim do Império Português cujos fumos de grandeza ainda respiro e em cuja defesa andei envolvido.

Como vê uma vivência ímpar...

SHIP: - Voltando aos «fumos do Império»: - Que mais o impressionou na sua vivência ultramarina?

Gen: - A capacidade do português obter aceitação em qualquer latitude bem como a humanidade do seu convívio com a população autóctone. Estas as fundamentais diferenças relativamente aos outros povos europeus que percorreram o Mundo.

Desde inicio, conscientes das nossas limitações demográficas, fizemos uma análise realista e concreta da situação e orientámo-nos no sentido de explorar as raízes da nossa amalgama.

O sr. General Alcide de Oliveira nasceu em Coimbra a 29 de Janeiro de 1915. Além de outras situações no país e no estrangeiro, foi professor catedrático de Matemáticas Gerais na Academia Militar, professor e director do Curso de Primo-Ciclo Oficial Superior do Instituto de Altos Estudos Militares, professor do Cursado de Altos Comandos do mesmo Instituto, assessor do Instituto da Defesa Nacional onde dirigiu o primeiro Curso de Estado Maior Inter-Forges, comandante do Sector Operacional da Navegação, Chefe do Gabinete Militar do Comendador Chefe de Moçambique, Chefe do Estado Maior do Comando das Forças Armadas, em Angola, Chefe da Missão Militar Portuguesa juntamente da OTAN e finalmente, Presidente do Conselho Superior de Disciplinas do Exército.

Fez o curso liceal no Colégio Militar e os preparatórios de engenharia na Universidade de Coimbra.

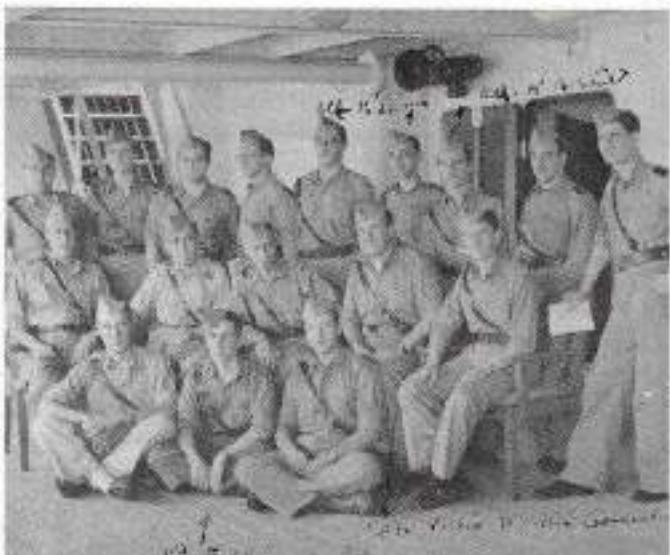
Possui o Curso de Artilharia da Escola do Exército, o Curso de Estado Maior e várias especializações de carácter militar.

Ainda oficial subalterno foi instrutor na Escola Prática de Artilharia, no Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea durante a segunda guerra mundial e estagiou junto de um comandante do Exército Britânico com operações. Comandou o Regimento de Artilharia Ligeira 1 e foi Sub-Director do Colégio Militar.

Além das mobilizações em Moçambique e Angola fez parte das forças expedicionárias a Timor, em 1945.

Constam da sua folha de serviços numerosos louvores, treze condecorações nacionais das quais três medalhas de ouro de Serviços Distintos, sessenta e seis palmas. Autor de vários trabalhos de carácter didático militar e histórico recebeu o prémio Almirante Augusto Osório da Revista Militar em 1960.

formação árabe e cristã e os benefícios dum longo convívio com variados povos, resultante da situação geográfica de Portugal.



O JOVEM TENENTE ALCIDE DE OLIVEIRA A BORDO DO «MOUZINHO» RUMO A TIMOR NOVEMBRO DE 1944
(1ª FILA, SENTADO NO CHÃO, AO MEIO)

Só pontualmente usámos a violência enquanto os nossos vizinhos por exemplo, obnubilados pelo poderio, optaram por violentos métodos coercitivos para impor a sua cultura.

Nós fixámo-nos e infiltrámo-nos, eles ao instalar-se apenas se sobrepuiseram. Outros europeus, somente exploraram viagens sem qualquer ideia de permanecer.

Por isso o Império Português subsistiu mais que qualquer outro.

SHIP: - Sabemos que riama das suas mobilizações esteve em Timor. Que tipo de recordações lhe deixou a sua passagem por lá?

Gen: - Recordações ímpares em duas vertentes: a terra e o homem. Uma natureza exuberante, cheia de verdura e de paisagens encantadoras variando desde um litoral paradisíaco de palmares havaianos até um interior acidentadíssimo tão abrupto como o solo madeirense.

Uma população determinada, sofredora e corajosa que encara a morte com a naturalidade dum acontecimento não dramático.

Dedicada a Portugal, correu de motu-próprio graves riscos ao ocultar à polícia japonesa o que sabia, só para não traír a causa nacional.

SHIP: - Que circunstâncias determinaram o envio da expedição?

Gen: - Durante o conflito de 39-45, o governo português, atento à manutenção da integridade do espaço nacional, começou a preocupar-se com Timor, pelo menos a partir de Novembro de 41.

A situação geográfica do território que viria a ser violado a 17 do mesmo mês, justificava-o plenamente.

Sob o pretexto de assegurar a defesa da ilha contra a ameaça nipónica, um contingente australiano-holandês desencadeou a invasão.

Não é de excluir que a ação tivesse sido pressionada pela impaciência dos Países Baixos em aproveitar uma oportunidade para realizar o de há muito conhecido sonho holandês de se apoderar de toda a ilha.

Consumado o fato, Lisboa resolveu retirar validade ao argumento evocado e forçar a saída do invasor enviando em reforço da guarnição normal que era apenas uma companhia, de recrutamento local - um contingente organizado em Moçambique.

Ultrapassado este plano pelo desembarque japonês a 20 de Fevereiro de 1942, perante o qual a presença dos holandeses e australianos foi inocua e que apenas serviu de alibi aos japoneses, - esgotadas também as iniciativas diplomáticas junto de Tóquio, o governo português acordou com Londres em intervir na reocupação de Timor, «manu-militaris», dentro dos seguintes moldes:

- enviar uma expedição para, em colaboração com forças das nações aliadas, tomar parte nas operações para expulsar o invasor do Timor português;
- concentrar previamente aqueles meios em Moçambique;
- oportunamente deslocar as forças portuguesas para a Austrália.

Com a rendição do Japão estes meios rumaram a Dili onde chegaram em fins de 45.

SHIP: - Qual foi o seu estado de espírito ao pisar terra firme?

Gen: - Os primeiros contactos com a realidade timorense foram de expectativa. À nossa chegada ainda ali permaneciam elementos dumha unidade de polícia militar japonesa e ninguém, ao certo, sabia se haveria qualquer bolsa de resistência no interior do território.

Um barco de guerra australiano - Moresby - fundeado na baía, aguardava a concentração da tropa do Sol Nascente, em Dili, para a combinar, dias depois, ao cativeiro.

A passagem do tempo deu-nos razões para optimismo. Logo no primeiro domingo após a nossa chegada, a população autóctone exprimiu-se: compareceu espontaneamente no local do mercado, restando numa manifestação de confiança, o tradicional «bazar» interrompido desde a presença dos nipões.

Trouxe os magrissimos produtos da sua agro-pecuária, manifestamente insuficientes para o reabastecimento da expedição que viveu longo tempo à custa dos géneros trazidos de África e com eles apoiou, no possível, a alimentação da esfomeada e debilitada população civil.

Os próprios europeus, saídos dos campos de concentração estavam esqueléticos.

SHIP: - Conclui-se que se debateram com grandes carências...

Gen: - Efectivamente assim foi. Mas a maior de todas era a falta de correio, que nos fazia estar meses seguidos sem notícias da família e que de tal forma atingia a componente afectiva da tropa europeia.

De inicio, também faltava a moeda regional, pois as cédulas japonesas até então em circulação tinham, obviamente, deixado já de ter cotação e o Banco oficial não distribuía ainda dinheiro da província. Isto nos permitiu uma curiosa experiência: viver sem dinheiro e dele não precisar, dado que nada havia para comprar nas lojas locais.

Em eventuais aquisições as unidades recorriam à prática do «reúbo a resgatar posteriormente».

SHIP: - Como decorreu o relacionamento dos expedicionários com as gentes locais?

Gen: - Foi sempre impecável. Os militares, mentalizados no sentido de salientar a diferença de atitudes entre o nosso convívio e o dos japoneses, nisso se empenharam afincadamente. Recomendávamo-lhes em especial o cumprimento escrupuloso dos compromissos que assumissem.

Um episódio curioso ilustrou o seu comportamento. Logo que o Banco Nacional Ultramarino pôs a circular as novas patacas, o comandante da 13ª companhia de Caçadores de Moçambique, constituída por cabos e soldados lindins, foi procurado por uma rapariga aborigêne que lhe entregou um papel manuscrito.

Era um escrito lacônico encimado pelas palavras: «Reúbo a resgatar posteriormente» e que na linha imediata assim rezava: Este alambamento de 20 patacas há-de ser pago quando o 1º cabo Manuel Matola receber dinheiro de «esclónia».

O capitão, usano com o procedimento do seu subordinado mandou-o chamar e depois de um formativo elogio terminou dizendo-lhe: - Você casou realmente à moda do «seu terra»? - Casou meu capitão! Pois bem, eu pago-lhe a bôda por se ter revelado um militar honesto e disciplinado...

Conhecedor porém de mentalidade africana, o capitão foi acrescentando pelo seguro: - Mas diga lá aos outros que não pago mais alambamento seja a quem for.

Em boa hora o fez, pois pouco tempo depois constatou, com efeito, que toda a companhia tinha realizado casamentos cafreis.

SHIP: - Soubemos que na área em que a sua unidade esteve instalada, existe um monumento hysílimas da ocupação, concebido por si e executado sob sua orientação. Porque teve essa ideia?

Gen: - Na área onde estávamos instalados existia o edifício degradado do antigo posto da T.S.F. da província que os japoneses utilizaram como prisão.

A ideia brotou espontânea perante a chocante imagem do lambrim de sangue que cobria até meia altura as paredes interiores desse posto que, de janelas entalpadas, fora local de interrogatório e onde inúmeros Timorenses, e não só, sujeitos a suplicios que respingavam sangue à sua volta, pagaram caro o seu esotico silêncio.

Hérica gente aquela que, correndo riscos, ocultou durante a ocupação numerosas bandeiras portuguesas de que, por patriótica tradição, nem sequer a sombra pisava!

Não tão poucas que, à data da libertação da território, houvesse algum posto administrativo onde uma não tivesse sido hasteada.

SHIP: - Sabe-se que os australianos mantiveram a guerrilha em Timor durante muito tempo. Como foi isso possível?

Gen: - Em consequência de diversas missões, percorri a parte leste da formosíssima ilha. Ao olhar o terreno, conclui das razões por que os comandos australianos do capitão Kallinan só conseguiram manter. Eram abastecidos por mar; mas isso só por si não seria suficiente. O seu comandante, que viria posteriormente a conhecer em Lisboa, me confessou que a sua permanência e actuação na ilha, só foram possíveis graças ao incondicional apoio das populações, cuja dedicação aos portugueses era total.

Pena é que a fraca memória do governo australiano o tenha esquecido e este se mantenha hoje indiferente à causa leste timorense a troco dum prato de petróleo...

SHIP: - A quem atribui a responsabilidade dos infartos do que se passa?

Gen: - Não é fácil opinar sobre o que teria acontecido se as decisões desajustadas de pura política partidária de alguns partidos metropolitano que, ignorando condicionalismos locais, regionais, históricos e estratégicos, não tivessem sido tomadas.

Essas decisões arbitrárias, contrárias às responsabilidades e interesses nacionais e aos desejos da maioria da população serviam os interesses de Moscovo pela criação dum «Cuba» no Pacífico. Neles reside a origem remota dos acontecimentos que tiveram por epílogo a invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975.

SHIP: - Que desfecho encara para o caso de Timor?

Gen: - O peso dos interesses materiais no mundo actual e a hipocrisia política vigente, não são de molde a criar esperanças de grande optimismo no sentido dum plena autodeterminação como seria justo e merecido.

Esperemos que a comunidade mundial com os E.U.A. à cabeça, tão zelosa até hoje em defender os direitos do homem e a auto determinação dos povos, mantenha as réstias de pudor suficientes para não rejeitar uma resolução já tomada pela ONU: não aceitar Timor Leste como a 2^a província da Indonésia, facto consumado por um sistema totalitário dos que essa mesma comunidade se tem empenhado em combater encarniçadamente...

SHIP: - Deseja abordar qualquer ponto mais com interesse e que tivesse ficado omissa?

Gen: - Não. Desejo apenas, para terminar, citar um verso de Fernando Pessoa que deixo à meditação de europeus e Timorenses: «Tudo vale a pena quando a alma não é pequena».



MONUMENTO «AOS PORTUGUESES VÍTIMAS DA OCUPAÇÃO DE TIMOR; 4º BAT. EXP. DE ART. DE MONTANHA»

FOLCLORE MUSICAL PORTUGUÊS

por Dr. ANTÓNIO LEITÃO

Variado e rico, versátil como o Povo, o folclore musical português continua à mercé de estudos profundos ou quase definitivos. Até hoje, tem constituído um alvo de interesse mais ou menos cobiçado por músicos e etnólogos; mas ainda não se lhe conhece um «clássico». O folclore musical português segue as linhas do perfil antropológico e geográfico das várias regiões, reflectindo as vicissitudes históricas e diferente sorte do Povo.

São de considerar três grandes regiões ou estados no folclore português, a saber: Riba-Douro; entre Douro e Tejo e Além-Tejo. Na primeira demarcam-se as terras do Minho e de Trás-os-Montes; na segunda as bacias do Mondego e do Zêzere com a Cova da Beira; na última, a terra do trigo e a terra do mar.

Riba-Douro é ou um jardim e uma fartura de mimos de horta ou uma ladaína de vales abertos pela cantinela de pequenos rios na riega de fraga. Ali, a música é feminina por excelência, veste-se de cores garridas, põe arrecadas, ou agasalha-se do frio cortante e sente e pesa os mistérios da fecundidade. Entre Douro e Tejo constrói-se, de granito, uma alma e uma filosofia de necessidades. Ali, a música tão cedo comanda como chora ou catequiza; não ostenta a leveza coquette do Minho, logo encontra o sentido real, passando às dimensões do sagrado por uma urgência de fatalismo telúrico. Além-Tejo é uma planície ou uma demora, uma conversa com o mar ou um rimance. Em Além-Tejo, cantam os mouros; as Mouras encantadas recatam-se, num atavismo a condizer com as areias do deserto onde seus últimos pais comungaram o fogo de Maomé.

Riba-Douro é o berço de Portugal - de um «jardim à beira mar plantado». Entre o Douro e o Tejo é a conquista. Além-Tejo, o sonho e a saída para os mundos ignorados. A veiga e a montanha riem e rezam enquanto a planície e o mar arrastam um derriço.

O folclore musical português nasce de três aspectos fundamentais da vida do Povo: religioso, laboral e lúdico. O culto cristão é grande responsável pela beleza formal do folclore assim como pela elevação do assunto ou matéria. Trata-se de um género opulentemente indexado por um repertório maravilhoso de natais, janeiras e reis, paixões, encomendações das almas, benditos, cantigas de romaria e romances hagiográficos. Os natais, bem como as janeiras e os reis, encontram-se generalizados por todo o país, ao passo que as encomendações são particularmente queridas na Cova da Beira. Se as canigas de romaria ganham melhor ritmo e melhor fulgor na Norte, o Sul oferece uma formosíssima antologia de narrativas edificantes. O trabalho



é também uma liturgia com os seus valores relativos e absolutos, as suas homenagens, os seus holocaustos. O povo canta para glorificar, para esquecer, para se robustecer, para se curar o renovo. Sempre marcando as balizas do tempo, sagrando as estações e as horas com um breviário de loas e de bênção. As danças, os autos, as desgarradas, os romances de fidalgos têm a expressão de uma actividade lúdica, que abrange desde a preocupação cultural à pura evasão, ao natural desabalo de energias físicas e pressões afectivas excedentes.

É básto e pitoresco o catálogo das danças: cana verde, vira, malhão, tirana, gota, ramo, bate certo, margaridinha, São João da roda, sapatinho, vareira descansada, picada das palmas, chula, dos pauliteiros, murinheira, passeado,

SERTECTEMPO

Serviços Técnicos Temperânicos, Lda.
Sociedade fundada em 1961, nº 17

TRABALHO TEMPORÁRIO
MAIS DE OBRA ESPECIALIZADA
METALMÉCANICA
TAPUL



CONSTRUÇÃO CIVIL
ELECTRÓNICA
ADMINISTRAÇÃO
SELEÇÃO DE PESSOAL
ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nº 25 Rua do Rio, 1000-160 LISBOA
Tel. 22024711 - 22024712 - 22024713
Fax 22024714 - 22024715 - 22024716
22024717 - 22024718 - 22024719
22024710 - 22024711 - 22024712

CEDETEMPO

Empresa de Construções e Empreendimentos, Lda.

CONSTRUÇÃO CIVIL
ENGENHARIA PÚBLICA E INDUSTRIAL
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS
METALMÉCANICA
FORMAÇÃO DE MAIS DE 5000 CREDENCIADOS



Nº 25 Rua do Rio, 1000-160 LISBOA
Tel. 22024711 - 22024712 - 22024713
Fax 22024714 - 22024715 - 22024716
22024717 - 22024718 - 22024719
22024710 - 22024711 - 22024712

ZÉLITEMPO

Gabinete de Estudos e Contabilidade, Lda.

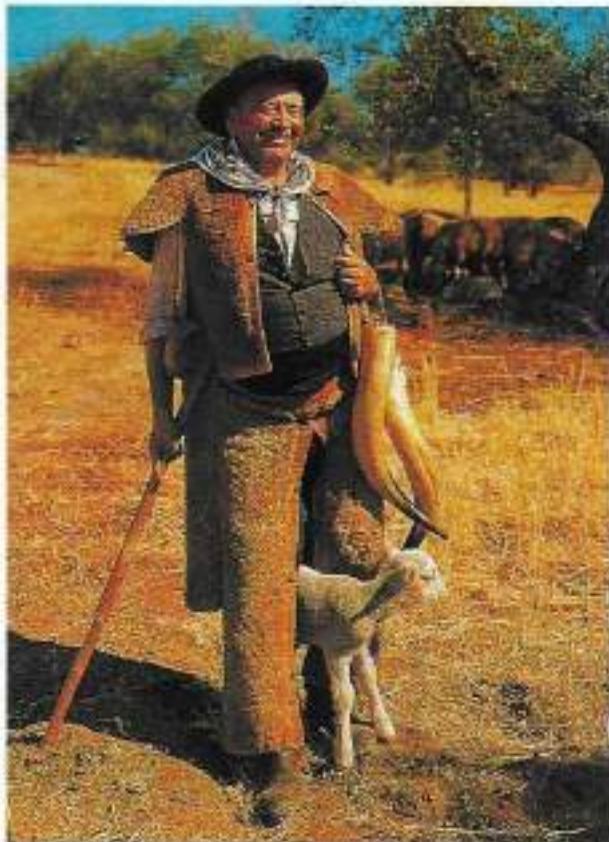
BANDEIRA DE CONTABILIDADE
SERVIÇOS INFORMATIZADOS
PROCESSAMENTO DE SALARIOS
PAGAMENTO DE IMPOSTOS
ASSISTÊNCIA JURÍDICA E FISCALIZAÇÃO
GESTÃO DE EMPRESAS E ESCOLAS
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAS



Nº 25 Rua do Rio, 1000-160 LISBOA
Tel. 22024711 - 22024712 - 22024713
Fax 22024714 - 22024715 - 22024716
22024717 - 22024718 - 22024719
22024710 - 22024711 - 22024712

corridinho, carvalhesa, liga verde, li-laré, felião, dos ferreiros, bailho da maia, da tranca, fandango, bailarico, valsa de dois passos, carreirinha chicoté, farrapeira, marmelada salto em bico, saia, bailho campaniça, puladinho, chicote, marcadinho, fofa, escovinha, chotica, etc.

A riqueza dos poemas ressuma um lírismo que se conhece já de patente registada, nos cancioneiros medievais, com as cantigas de amor ao gosto provençal, as cantigas de amigo e as de escárnio e maldizer.



Cuidados meus tão cuidados, já farto! que noca vos
tão cuidado. *é.3o.*

Tora cuidado. *é.3o.*

Para cuidado não mais
Em todos vos folho,
Fizessses em me tanto
Que me desfoualis de mim.
Agora sento em mim
O q andei,
Cuidados meus já farto!
Que noca vos taes cuidos.

Entre as composições musicais, encontram-se melodias de puro recorte modal, inspiradas por certo no gregoriano secular do ofício divino. Muito frequentemente, o Povo canta a várias vozes, harmonizando por vezes em acordes de terceira e quinta que se resolvem por um acorde de quarta e sexta. No Minho, por exemplo, há cantos de *torno ou de lote*, cantos arcaicos (até 5 vozes) cantados por grupos de 4 a 6 mulheres às quais se junta por vezes uma voz de homem no grave.

Encontra-se afi a curiosa nomenclatura de *baixão, baixo, por baixo e grosso* (vozes graves); *meio, primeiras, por cima e delgado ou meião* (vozes médias); *sobre-fim, sobre-guincho, requinta, descante ou rescante, arrebique e sobre* (vozes agudas). Correm ainda outras designações como: *descadro, desencontro, segundo, arrebite, alta, repenique*. Na terra do trigo, a canção tipicamente alentejana é o coral, em que predominam as vozes masculinas. Cada grupo ou cada moda tem os seus *pontos* - vozes escolhidas que lançam os cantos. Aqui, o *alto (requinta)* sobrepõe-se à voz harmónica, orlando-a na *moda*, e os baixos completam a harmonização.

Por todas as regiões do país se ouvem melodias apoiadas por pequenas orquestras ou conjuntos de corda, de sopro e de percussão. Os mais generalizados são: cavaquinho, viola, rabeca, harmónica, concertina, guitarra de foles, ferrinhos, adufe, pandeiro; e, ainda, flauta, gaita de beijos, etc.

A forma paraleística dos poemas, tantas vezes aproveitados no mais puro jeito litânico, atesta, a um tempo, o gosto formal de uma época (a Idade Média) e a antiquíssima genealogia que vai beber aos salmos do santo rei David, que a Igreja canta alternando versículos com antífonas.

Folclore genuíno só no povo tem sua frescura de Lei, que não precisa de sofisticar com harmonizações mais ou menos inspiradas; não-sofisticado, não pode ser oferecido por grupos que o trabalham, por mais diligentes e bem intencionados. Não é copiando trajes ou imitando pronúncias ou falsificando vozes que se transmite, por artifício, uma arte nata artificial. A alma e transcendência do folclore só a dá quem a cria, e resconde a uma gema de paisagens que os cenários mentem. Ainda assim, louvados quantos dão atenção ao nosso folclore! Por qualquer modo,

Cuidado. é.3o.

Tora cuidado. é.3o.

Cuidado. é.3o.

Tora cuidado. é.3o.

REENCONTROS COM A HISTÓRIA - - APONTAMENTOS DE VIAGEM

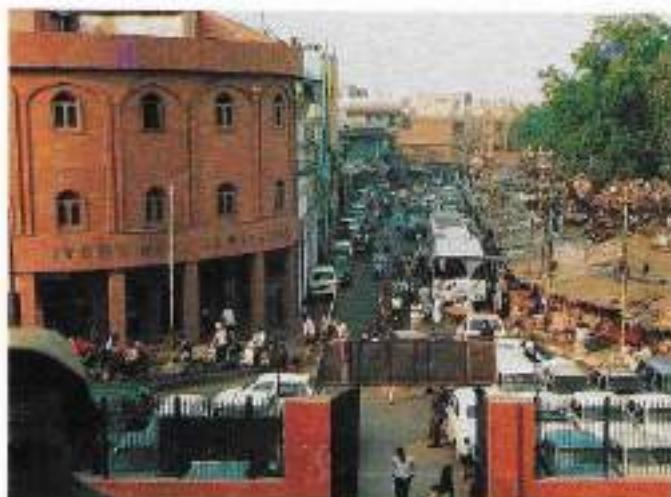
Dr. EUGÉNIO RIBEIRO ROSA

Estou em Nova Delhi. Dentro de momentos sigui com um grupo rumo a Bombaim. Levo, em lastro, um acervo de recordações, de vivências, que julgava seriam impossíveis - passados que foram mais de 40 anos sobre a India que Ferreira de Castro descreveu.

Anteontem percorri a Velha Delhi, caminho da Mesquita, a maior depois de Meca. Não será possível dizer o indescritível, pois o que dissesse não daria sequer uma parcela ínfima da verdade. E falamos nós de direitos humanos, dos direitos da criança... Por aqui não passaram...

E falamos, há tantas dezenas de anos, do direito à habitação, do direito à saúde. E aprendemos uma Saúde Pública, rigorosa nos parâmetros a defender. Não me façam rir...

E somos nós Catões, na nossa terra, críticos impiedosos perante falhas pontuais - na cubicagem das casas, no abastecimento das águas, no tratamento de esgotos, na prevenção de incêndios, na higiene pessoal de quem manuseia os alimentos...



... OFICINAS DE AR LIVRE, COM CHÃO DE TERRA
ABATIDA, FRONTEIRAS INDEFINIDAS ...



HIGIENE PESSOAL DE QUEM MANUSEIA OS
ALIMENTOS ...

Que de míticos conceitos, no dia a dia de uma Vella Delhi (e em muitas zonas da Nova), na cadeia infinitável de heterogeneidades, de tendas, oficinas, pociegas, nojeiras que se repetem, num chão de terra e excremento, onde passeiam olímpicamente vacas, muitas delas esquiladas, refocilam porcos e crianças, se fazem fogueiras para aquecer ou cozinhá refeições!

E tábuas, latas, lonas, denominador quase comum de um mundo em que a terra vermelha (e limpa) e o tijolo vermelho já são luxos, a simular casas simuladas (é sacrilégio fazer comparações), marginadas por restos de carros, recuperáveis e irrecuperáveis, que há anos foram triciclos, bicicletas, motocicletas, meio destruídos, meio atamancados

(com burros de entremez...), oficinas de ar livre, com chão de terra abatida, fronteiras indefinidas... E gêneros que se expõem, coloridos, poeirentos, num alucinante caleidoscópio...

E, no meio de tudo isto, circulantes, não faltam cardumes de seres sórdidos, desnutridos, desgrenhados, envoltos em panos não menos sórdidos, palavrosos, mendicantes, tanta vez vendendo o impossível, comprando o igualmente impensável.

Será imaginável que haja algum agente sanitário que alguma vez se tenha embrenhado neste mundo, sem que lhe tenha dado uma «coisinha» má?

E paira sobre tudo isto uma imensa resignação, que os abre à esperança da vida para além da vida, ao aceno das várias religiões.

Mas a Índia não pode ser só isto...

Ontem fomos a Agra. Levantamo-nos de madrugada, pouco passava das quatro. Havia uma neblina intensa, destilando humidade, quando saímos do hotel. Noite ainda, feitos turistas VIP, o autocarro levou-nos à estação. Na noite de Delhi fomos vislumbrando vultos, ao longo das ruas, no início de um novo dia, aqui e além à volta de foguetas, acésas para os aquecer ou na preparação do parco jejum. Outros, imóveis. Sombras num caleidoscópio despertar.

Ao percorrer a distância do autocarro à estação, ainda no escuro, andámos apressados pelo frio, pela humidade, pela pressão do tempo. E, ao longo do terreiro em frente, enxergava-se montes de trapo, donde emergiam cabeças ou pés, forçando-nos a cautelas pela surpresa dos encontros, forçando-nos a zigzaguear para evitar tropeços. Eram seres vivos como nós, produtos da criação e da mesma

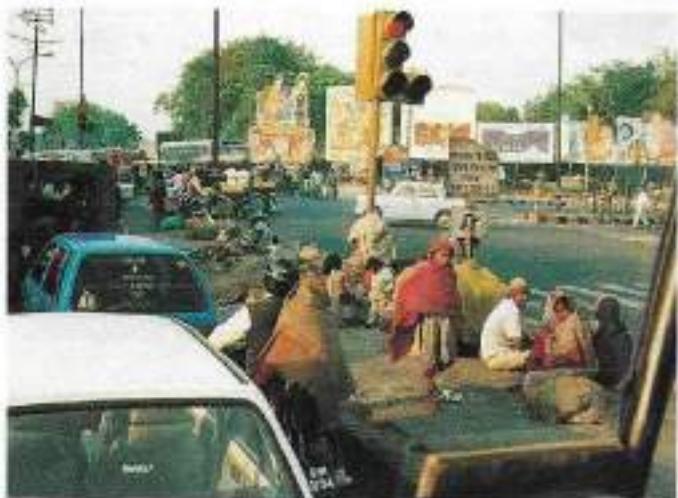
Com o apoio da



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS, SA

espécie humana, muito presumivelmente vivos, mas se mortos estivessem, o aspecto seria o mesmo. Farrapos mistos, dispersos, pousados ao relento, ali se quedando indiferentes, vegetantes, marginais ao mundo que é o nosso.

Eram dezenas e dezenas, por ali, a esmo espalhados. Felizmente que o tempo era bom. Não havia chuva nem chuvadas, nem as inundações que vimos documentadas, nem o frio cortante que, por esta época, não assenta arraiais aqui.



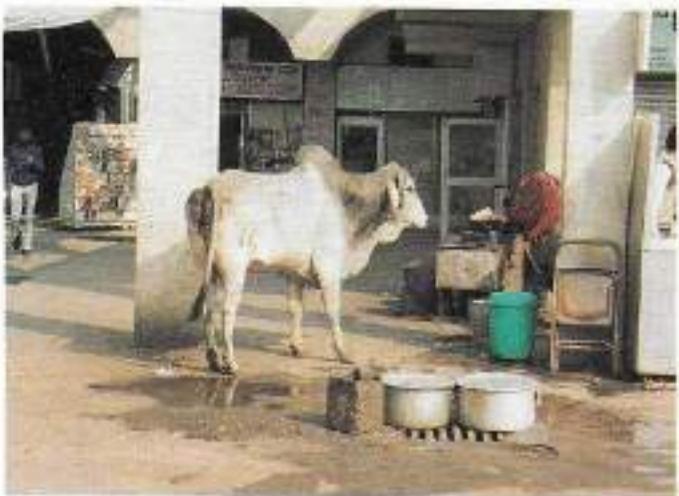
... POR ALI A ESMO ESPALHADOS ...

Como nascem? Como vivem, se é que aquilo se pode chamar Vida? E fecundam? E se multiplicam? Porquê? Para quê? Sabe-o Deus?

Antemanhã de Delhi. Pedagógica. Inacreditável. E nós?

Nós viemos do longínquo Ocidente, curiosos, confortáveis, seguros de uma dimensão humana (?) - a nossa -, antropológicamente «ex machina», bem pensantes - o problema é deles! -, uns senhores. Sem vergonha...

E vamos a Agra. Onde a miséria é a mesma, pontuada ao longo das estradas por javalis e vacas sagradas, aqui e além sublinhando o exótico, o urso, o camelo, o elefante... e bipedes em que se adivinham males imensos e uma resignação que também não sofre limites. E um suceder contínuo de «coisas» subsistenciais, entremisturadas com ofícios de todas as latitudes - do barbeiro, do «impuro» sapateiro, do homem que faz vassouras ou esteiras, ao alfaiate, a quantos mais pobres profissionais da circunstância...

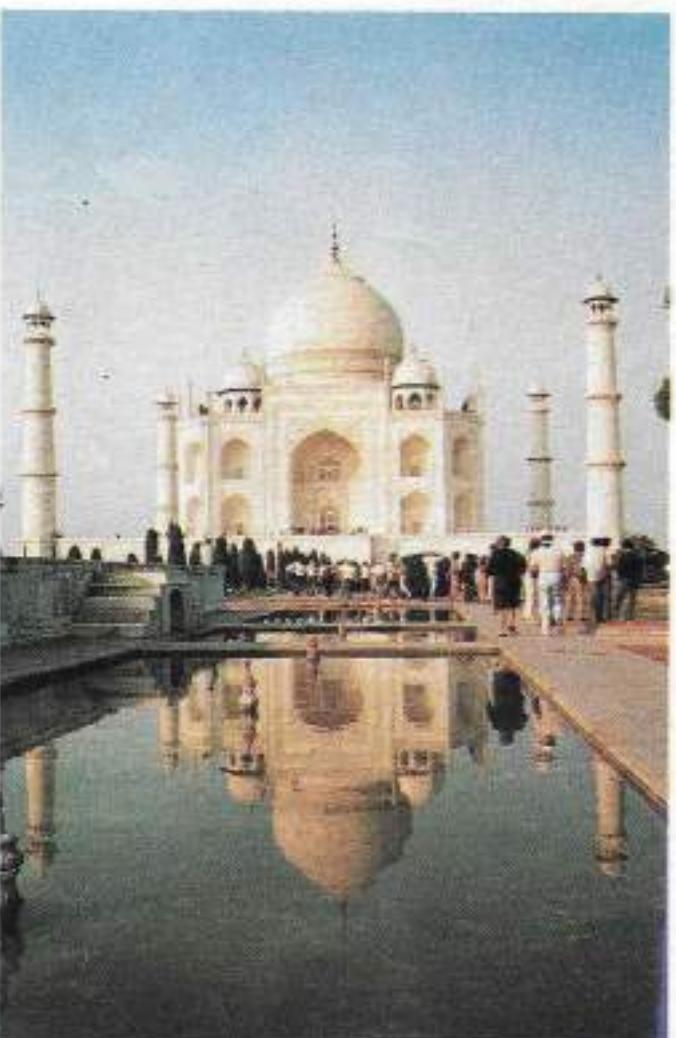


... E VACAS SAGRADAS ...



... SEDAS, LATÓES, LÃS DE CACHEMIRA ...

Passámos por Agra. E também vimos coisas bonitas, do mármore às sedas e aos latões, das lãs de cachemira aos algodões que vêm do Sul. E já me esquecia, viajando num «comboio-expresso», bem distante dos expressos europeus conhecidos... Fizemos este percurso através de Agra, a pensar no Taj Mahal. De autocarro, de comboio, de avião de autocarro, através do descrito e do indescrito, a pensar na 8ª maravilha do mundo. Onde tudo se transfigura...



... A PENSAR NO TAJ MAHAL ...

Onde tudo se transfigura. Da história real à lenda poctisada, nos variados cambiantes de sentimentos do homem-homem, de poder, da perpetuação dos ódios, da vingança, do Amor. Do Amor para além da Morte. Da história de um Pedro e Inês do Oriente, que o mármore perpetua, na força da ultrapassagem de todos os outros sentimentos pelo Amor. Para além da morte de Mumtaj Majal. Para além da rivalidade dos filhos, na ambição do Poder, conduzindo Shah Jahan à prisão. Donde, do forte de Agra, através do Yamuna, seus olhos se lançavam para o túmulo da mulher amada, até que a sua morte apaziguou as paixões, para os pôr de lado a lado, também eles, «até ao fim do mundo!»

Como Pedro e Inês...

Para Além da Morte. Para Além do Amor!

Há coincidências surpreendentes. E factos igualmente surpreendentes.

Não é que fomos encontrar, no Museu Nacional de Nova Delhi, bem mais perto das faldas dos Himalaias que no litoral da península indostânica, um «ex-voto» - que poderei eu chamar? - numa tábua, magnífica de conservação, onde pontifica Nª Senhora e o Menino, cercada por uma dupla fileira de cabeças de anjo, por cima de nuvens sobrepujando



... BOMBAIM, A PORTA DOS GOVERNADORES ...

o mar, onde duas naus portuguesas mostram as cruzes de Cristo nas velas?

A visita ao Museu implicava opções. O tempo era pouco. Felizmente que um companheiro de grupo* estivera lá de manhã e descobrira o quadro português. E que, por isso, nos pôde assinalar a sua descoberta.

Subimos ao 2º andar. E lá estava, com uma nota elucidativa ao lado, onde se falava que, de um bárco português em risco de naufrágio na costa da Península, em

Nagapattinam, surgiu um pedido à Virgem Maria para que os salvasse e a promessa de construir uma Igreja em prova de gratidão. Isto se passou em 1689. Vimos depois que o bárco navegava de Macau para Goa, e que Nagapattinam era um porto da costa oriental, à entrada do estreito que separa a Península da ilha de Ceilão. Fizemos fotografias. Tirámos apontamentos. E ficámos felizes com o encontro.

Nesse dia seguimos para Bombaim. Não é que, no avião em que seguimos, a revista de bordo, da Indian Airlines, «Swagat» de seu nome, que quer dizer «Benvindo», que começámos a folhear, nos permitiu confirmar e sublimar a história dos marinheiros portugueses - e saber que cumpriram a sua palavra?

Assim pudemos saber que em Velangani - a Mecca dos cristãos da Índia -, na costa do Coramandel, no Estado de Tamil Nadu, a alguns kms. do porto de Nagapattinam, se eleva uma Basílica, que corresponde à «mais maravilhosa Igreja do mundo» do seu voto, de um gótico indiano que sobe ao Céu. Que os Portugueses, ano após ano, carregavam, onde pontificava uma estátua da Senhora da Saúde com o Menino Jesus no braço esquerdo e o cetro na mão direita - sobre o globo terrestre.

Passaram mais de 300 anos... Os jesuitas incorporaram Velangani na diocese de Nylapore. Pelo menos até 1961 o pároco era português.

Mas a Fé, propagada pelos Portugueses, continua viva! Todos os anos, de 29 de Agosto a 8 de Setembro, milhares de peregrinos demandam o Santuário, num Cristianismo indianizado, em que Índios participam nas devocções. Onde se pedem e se obtem milagres. Onde se toma banho de mar, onde se procede à rapaçao dos fiéis, onde se cantam louvores a Nª Senhora. Onde há penitentes de joelhos em volta do Santuário, milhares de velas acesas, num museu repleto de «ex-votos».



... NUM AUTOCARRO «PRÉ-HISTÓRICO» ...

Onde há Fé. Num sincrétismo que brota do íntimo dos homens e nasce do longe dos tempos, contágio da Fé dos Portugueses, de quando dominavam os mares (e as almas) e Nossa Senhora os salvava dos naufrágios...

Ir a Damão foi uma viagem fatigante. Embora saíssemos cedo de Bombaim, num autocarro «pré-histórico», só pelas três horas da tarde nos conseguimos sentar à mesa.

A cidade de Bombaim parecia intermina, tantos os quilómetros andados, do centro cosmopolita para a periferia tornando-se mais gravosa a miséria, densos os montes de trapos integrando pessoas (que se presumem vivas, que se presumem vivas mas que não custaria pensar mortas...).

Esgotos em vala aberta ao longo de quilómetros, ao longo de zonas povoadas de gentes, portas de tugúrios para ali abertas, crianças brincando perto ou chafurdando.

Não foi o mesmo espetáculo da Velha Delhi, ainda que suficientemente acinçoso para a nossa sensibilidade.

Aos poucos entrou-se em meio rural. Casas isoladas ou em pequenos grupos, tectos de colmo, telha ou zinco, vacas avulso pastando «à vontade», pequenos animais domésticos, homens e mulheres a trabalhar, elas com os seus saris, eles com camisa e fraida, ou calça, descalços.

A paisagem mudou. Verdes que apresentam cambiantes vários, com macios de vinhedo, com árvores variegadas. Terras cultivadas. Sabe-se que a hosta de vaca é usada para aquecimento, que o leite é aproveitado, que os bois servem de animais de tiro e que as vacas, por que são sagradas, darão reboque para o céu...

As estradas estão infinitamente carregadas de trânsito pesado. Circula-se pelo meio, arrumando-se o trânsito à esquerda, sempre que vêm carros do lado oposto. Constantemente. Autocarros, «good carriers», camions cisterna, ligeiros, motos, motocicletas, bicicletas, pessoal... Um trânsito de inferno, que torna o tempo imponderável, inegociável.

Sinalização péssima, lojas cintilantes ao longo da estrada, muito abaixo de modestas. E sempre as vacas, ruminando sempre, com a coreia que lhe sobe das espáduas, pontas de variados feitiços.

Felizmente não há cordilheiras a atravessar, nem temos a vencer precipícios que nos causem engulhos. Tudo é plano. Apenas montanhas ao longe.



... MONUMENTO DE LIBERTAÇÃO DE DADRA ...

Mas diria disto o que ouvi noutra contexto - «O País é excessivamente pobre para se dar ao luxo de ter estradas más». Assim não dá para melhores transportes, nem para que se cumpram horários.

Foi uma gesta «heróica» atingir Silvassá. Chegámos a Damão e logo voltámos para trás, à procura do hotel. Tudo bem. Postos improvisados, ao longo da estrada, nos limites administrativos, fazendo de paragem.



... UM PADRE DE SEU NOME LEOPOLDINO

Curioso foi o nosso encontro com o monumento de libertação de Dadra. Lá está, no monumento tosco, o desenho de uma mulher com algemas, de cadeias rotas pendentes dos braços. Parámos e fizemos um minuto de silêncio. O Silva Gonçalves gritou o nome de Aniceto do Rosário, que o grupo, em uníssono, afirmou estar presente.

Depois, ao fim da tarde, ouvimos missa em português, por um padre de seu nome Leopoldino, na Igreja de Nª Senhora da Piedade, em Silvassá. Em frente da Igreja, que vem do século passado (1897), está uma Cruz, que só foi erguida seis anos antes (1891) por Jaime da Silva Ferraz, em ordem à futura vila de Paço d'Areos. Assim pensavam chamar-lhe então...

O nosso encontro com os paroquianos cristãos foi emocionante. Houve lágrimas em muitos olhos e a certeza confirmada de como eram benquistas os portugueses. Foi-nos dito por uma mulher da terra, à saída da missa: «Pode dizer a todos que esta gente aqui muito estima a gente portuguesa».

É curioso e significativo que Goa, Damão e Diu, quilométricamente separados entre si, não tenham sido aglutinados pelos estados vizinhos. Não será o respeitosinho, que pouco conta, mas o apreço e o reconhecimento de uma identidade, referendada pelo voto, que os fez constituir em Estado, em bloco dependendo de Nova Delhi. Em bloco. E enquanto a língua portuguesa for falada nas famílias católicas... Depois...

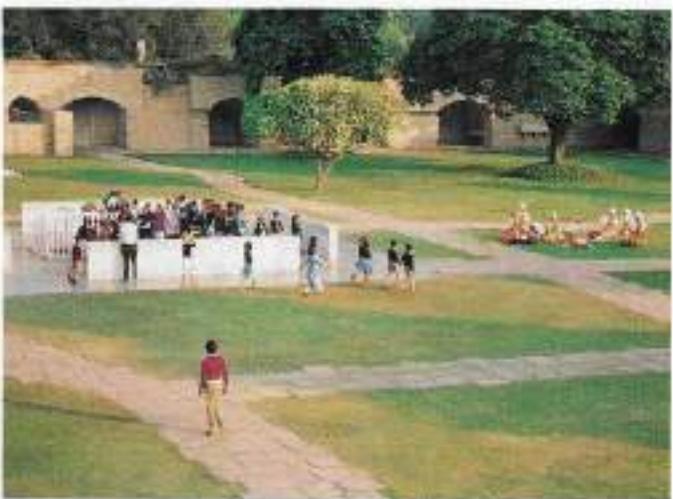
Silvassá, 7.12.90

No quarto onde Gandhi viveu os últimos anos da sua vida, ao lado do colchão em que repousava, está uma estante tosca, apenas com três livros, os da sua meditação - o Gita, o Corão e a Bíblia. E estou vendo, num dos quadros polícromos de figuras, alusivos aos factos mais marcantes de uma existência agitada e apostólica como a sua, a figura de Cristo em fundo, julgo que precisamente naquele em que

Gandhi repousava no seu leito de morte. Haverá mais duas ou três, simbólicas, que, em verdade não recordo. Mas a de Cristo estava lá.

Ao cair da tarde, na cidade de Bombaim, pousei a mão no parapeito da varanda da agora Casa Museu, onde ele se apoiou tanta vez, como se vê nas fotografias que ali abundam. Na luta pela verdade, num despojamento que temo chamá-la teatral, mas que a evolução da sua maneira de estar no mundo objectiva. Desde o escolar de leis que na ilha britânica se formou de colarinho duro e gravata a condizer, colete e «paletó» da praxe passando pelo profissional na África do Sul, ao despojado de «dhoti» e sandálias, tronco nu, óculos que o ajudavam a ver melhor como prosseguir nos seus objectivos, nos seus múltiplos e polémicos jejuns, num apostolado de «não violência».

Quem veja, com olhos de ver, a miséria da Índia de hoje, os preconceitos «desumanos» que, apesar de tudo, ainda a marcam, compreenderá melhor a sua luta. E a adesão do seu povo. De um povo resignado e humilde, esperançando numa outra vida que o tem ajudado a suportar esta. E, tantas vezes, espoliado. Para quem Gandhi foi um guia tutelar, desinteressado e firme, dando o exemplo da tolerância na frontalidade, da não violência na perseverança da não abdicação, por maiores que fossem os grandes.



... MAUSOLÉU DE AR LIVRE ...

Do seu mausoléu de ar livre, vivificado pela chama que nela permanece em Nova Déli à sua Casa Museu em Bombaim, um turbilhão de ideias me assaltou: a luta pela verdade, confessada na sua autobiografia; a mágoa pela morte violenta que sofreu; o benefício da dúvida que lhe dou quanto à Índia que foi Portuguesa e que terá entendido. Ao menos não foi na sua vida que a agressão se consumou.

Esta Índia imensa de tantas Indias era grande demais, diversificada de mais para ser uma... Tinha (e tem) demasiados problemas étnicos, sociais, religiosos, linguísticos, económicos para resolver. E por resolver. Forçando ao apelo do transcendente.

Partejou um Paquistão, um Bangladesh, um Sri Lanka. E ainda lhe falta dar uma pátria aos «sikkhs». E, ao englobar o estado «diferente» de Goa, Damão e Diu, não teve a coragem para englobar esses povos, de quatro séculos de influência portuguesa individualizada, nas províncias que pareciam ir englobá-los...

Honra lhe seja. Mas para que o fez? Não foi no espírito de Gandhi. Porque lhe respeito a memória, dou-lhe o benefício da dúvida...

Quando saí do avião em Goa, o primeiro pensamento que me assaltou foi lembrar Oliveira e Carmo. A dívida da sua Vida. O cumprimento do dever. A lição que a todos deu.

Mas não foi aqui o local do sacrifício. Foi em Damão, onde estive há dias e não «sparci» na sua memória. A lembrar o pigmae que enfrenta o gigante - e é ferido de morte.

Aqui lembro um outro Homem, também coerente no sentido do dever a cumprir, que não se rendeu perante as intimações - o comandante Aragão. Superando divergências políticas, mas dando luta. Superando-se. Não permitindo que o «Afonso de Albuquerque» viesse um dia a incorporar-se na Armada da União Indiana. Com risco de vida,

Perante a força esmagadora do inimigo, que fazer? Lutar dignamente, como fez em Diu e Damão. Do mais não falo.

Por esses tempos e por terra em que não tinham raízes humanas - Singapura - Churchill deu ordem para lutar até ao fim...

E mais não digo...

Passaram meses. Ao reler estes apontamentos, vi que não dei ênfase a Goa. E, todavia... fora Goa o nosso primeiro objectivo. Encherá, durante anos, o nosso imaginário, nos esplendores que a História nos revela, como expoente de um verdadeiro encontro de culturas, sem eufemismos, plataforma para o domínio dos mares do Oriente, apoiada em Malaca e estendendo-se a Macau. E daí (e daqui) estendendo-se a tudo quanto era ilha, por essa Oceanía distante, quiçá até ao continente australiano.

Ao chegarmos, emocionados, logo encontrámos no Hotel Cidade de Goa, o nosso século XVI, nas estátuas e nas pinturas murais, em que se retratam portugueses bem nossos conhecidos, no trajar da época. E ficamos em casa!



... NAS ESTATUAS E NAS PINTURAS MURAIS ...

Quer em Damão quer em Goa, não vimos a densidade de «sarís», que viramos em Nova Delhi ou em Bombaim. Sim, nas recepcionistas de hoteis de qualidade e nas recepções fora do Estado que foi Português. Aqui é mais viva a presença de trajes não fundamentalistas, com um «sabor» à província portuguesa (ainda há pouco, na visita do dr. Mário Soares, o Coro das senhoras de Damão disso dava testemunho, como a televisão mostrou). Nada me move esteticamente contra os «sarís»...

É fácil encontrar quem fale português, nos de mais de 50 anos. E que o fale abertamente, na afirmação de uma identidade goesa, no respeito de tradições que pesam séculos.

Não se sente aqui a miséria extrema de que, noutras paragens, me fiz eco, embora em Goa haja pobreza - pobreza que me dizem agravada, desde que, em 1961, clientes da miséria dos Estados vizinhos também vieram partilhar... Dali alguns aspectos a pesar na sociologia actual, pois esses ficariam menos pobres... E nós, percentualmente menos ricos de quem fale a nossa língua e viva, assimilados, os nossos costumes. Em Damão não terá sido tanto assim.

Não irei falar das maravilhosas praias, junto a Anj Paula, banhadas pelo Zuari, tampouco da «Ribeira de Pangim», que identifico com o Mandovi e que nos fez traçar os versos de um velho filme, o «Boeage»:

«Largámos vela da Ribeira de Pangim/ a pensar numa janela/ enfeitada a alecrim...»

Mas sempre evocaremos o próprio Boeage, cuja presença sentirímos em Damão, olhando à pedra que assinala a casa onde viveu, ele que compararia seu fado ao de Camões - igual causa nos fez, perdeido o Tejo, arrostar com o sacrilego gigante».



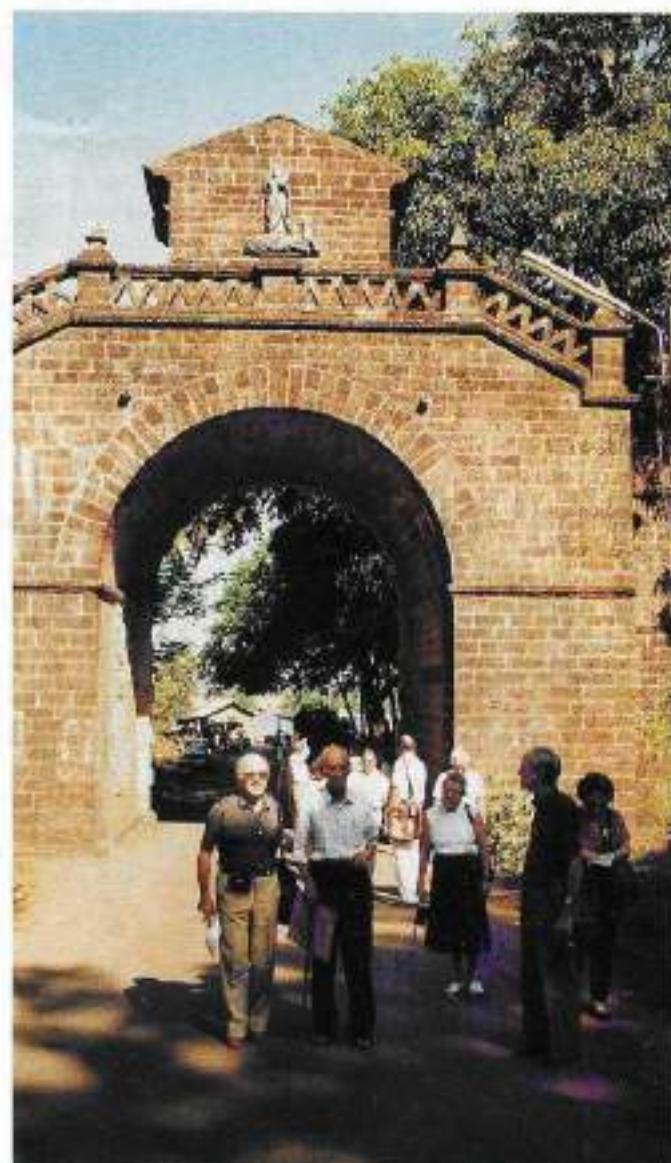
... OLHANDO A PEDRA QUE ASSINALA A CASA ONDE VIVEU ...

«Do Tejo ao Mandovi», logo a sugerir Tomaz Ribeiro que descreveu a viagem, diferente, de comboio de Lisboa a Paris e Marselha, de vapor até ao Suez, com transborde para Goa, passando por Bombaim... E das preciosas aguarelas com que retrata «Entre palmeiras», as gentes e as terras em que assumira funções.

Seria um nunca acabar. Como a surpresa de encontrar azulejos de Jorge Colaço no Instituto Menezes de Bragança (julgo que agora se chama assim), onde vi guardados, mas mal resguardados, em corredores de passagem, o «Heraldo», desde que se fundou, então em português. Esperemos que quem pode acorde, para que, sem demoras, aí se consiga criar um autêntico Centro Cultural Português, com condições de sobrevida honrada.

Valerá a pena. E há bons exemplos de respeito, na reimpressão de livros como a «India Portuguesa» de Loges Mendes, saindo dos preços de Nova Delhi. E haverá todo o interesse na manutenção da língua portuguesa, em que, ao longo de séculos, se registaram nascimentos, casamentos, óbitos, se consignaram direitos de propriedade, transmissões, doações, toda uma teoria de documentação a que é indispensável, no dia a dia, recorrer - não falando já dos variados aspectos da construção do Futuro.

Não pode ser só a Igreja a transmitir a Língua e a Cultura. A fazermos fé na decisão do Tribunal da Haia será mesmo obrigação nossa...



... QUE CRUZEI, DE BRAÇO DADO COM O NOSSO CICERONE, MEU COLEGA, FORMADO EM COIMBRA, O DR. CARMO AZEVEDO, GOÉS DE NASCIMENTO E DEVOÇÃO...

Onde está Goa que Pyrard du Laval descreveu? Goa, a dourada, com hospitais que fazem inveja, no seu funcionamento, aos melhores hospitais de hoje? Lá vamos.

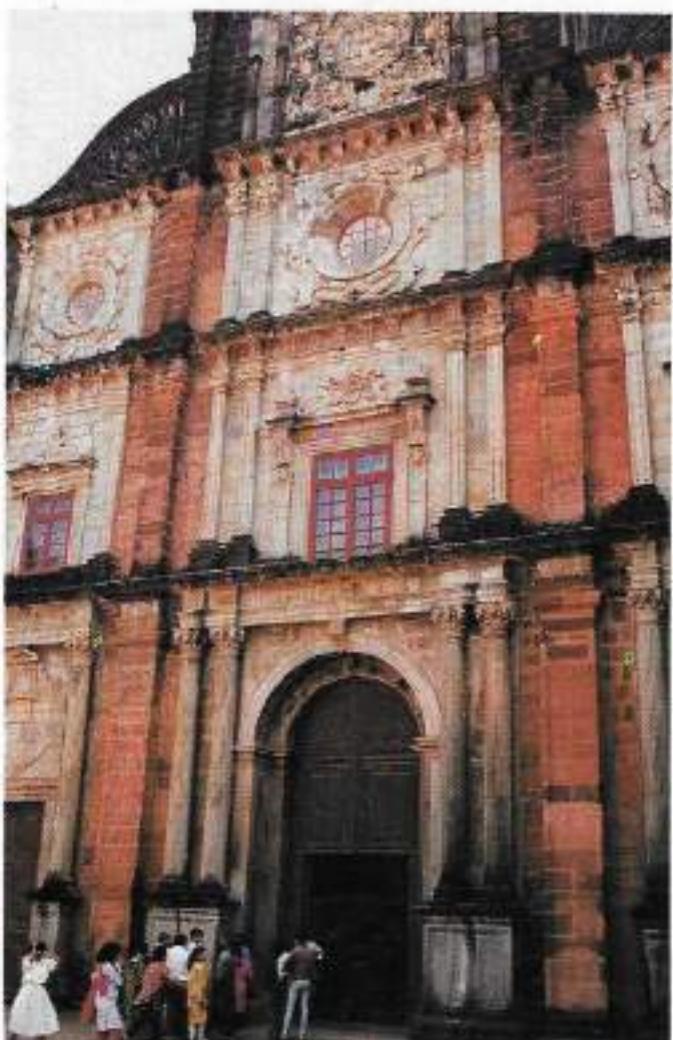
Adivinhámos, idealizámos a zona dos estaleiros, o velho e célebre Arsenal de Goa, num esforço de rememorar gravuras antigas e relacioná-las com o local. Onde os portugueses chegavam havia que construir - ouuperfeiçoar os existentes - para poder reparar as náus do Reino, ou para as substituir. Adivinham-se em Cochim, em

Damão... Ai ainda foi construída, com as madeiras das florestas de Nagar Aveli, a fragata «D. Fernando» - que irá ressurgir no Tejo.

Bem perto a zona, agora o cais, donde se olhava a foz do Mandovi, para ver chegar as naus do Reino ou, mais tarde, dos mares da China. E o Arco dos Vice-Reis, que cruzei, de orago dado com o nosso cicerone e meu colega, formado em Coimbra, o dr. Carmo Azevedo, goês de nascimento e Jeovagão, que nos ensinou um pouco do muito que sabia sobre a Velha Goa. E, nesse Arco, a presença de Vasco da Gama olhando o rio, de Santa Catarina virada à terra, a memória da Restauração, da de 1640...

Depois, aquele grande terreiro, que grandes epidemias desecificaram ao longo do séc. XVII, semeado de igrejas. Restam palmeiras e coqueiros. E terras de Laterite, dando tons de ocre, usada largamente nos muros dos arruamentos e em muitas das edificações que restam.

Sente-se o peso da História, em motivações de Igreja, que foi Mãe e Senhora. E da Cultura, que a mesma Igreja, transmitiu pelos seus filhos - franciscanos, agostinhos, teatinos, jesuitas, oratorianos, quantos mais? Com expressões variadas, aqui e além, no tempo e no espaço. Estou a pensar, para as bandas de Margão, no Seminário de Rachol, onde se imprimiam livros em português, já no Séc. XVII! E toda a imaginária cristã a aperfeiçoar artistas, para melhor transmitir a mensagem às gentes em catequese - em madeira, em marfim, em Arte - a motivar a Fé.



... BASÍLICA DE BOM JESUS ...



... PICNICAMOS NUM LOCAL HISTÓRICO ...

E o peso da Arte, nas suas múltiplas expressões, - do manuelino na portaria de S. Francisco de Assis às mais variadas expressões clássicas. Do Renascimento ao Barroco, em esforços de restauro, que o respeito pela História (que, afinal é, em muito, da nossa gente e do nosso esforço) vem motivando. Surgiu-nos Europa. Haja em vista a Igreja de S. Caetano, concebida nos moldes da Basílica de S. Pedro, a lembrar que já alguém chamou a Goa a Roma do Oriente.

Fomos à Velha Goa, no fundo a pensar em Francisco Xavier, desde menino a viver na minha lembrança, referência de sempre, quando se pensa em termos de Missão. Lá está na Basílica do Bom Jesus, honrado por cristãos e hindus. Já lhe veneraramos o rasto, junto ao local em que repousara em Malaca, nas ruínas de S. Paulo, vindo de Sanchão, onde morrera.

Picnicámos num local histórico. Num ponto mais alto, donde se domina a panorâmica desse arquipélago de igrejas e conventos e o rio defronte - e donde Afonso de Albuquerque terá assistido a uma batalha entre a sua Armada e a do Sultão de Bijapur e feito voto de, aí, construir a Igreja que lá está, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Bem perto da Torre, em ruínas, dos Agostinhos.

O que resta da Velha Goa? A Fé e a cultura, a identidade de um povo que se fez conhecido, ao longo de mais de quatro séculos, e que reflectiu o que de bom ou de mau se passava no Portugal Continental.

Há dois «momentos» a exigirem estudo - a época de Pombal, com a expulsão dos Jesuítas criando uma perturbação cultural de maior significado; as guerras liberais e absolutistas, que ali tiveram o seu reflexo, porque para lá se transpusera o confessionalismo nacional.

E queira-se ou não, em «pano de fundo» um problema moderno vivido no antigamente - o do Ambiente insalubre, que o homem, ao tempo, não controlou, condicionando epidemias que, dizimando as populações, tornaram a cidade inabitável, forçando-a à morte como capital, hoje em Pangim.

Apenas mais um apontamento. Visitámos o Museu Arqueológico onde pudemos ver, honrados, os Vice-reis que deram àquela terra ao longo dos séculos, Vice-reis e Governadores e, para surpresa nossa (grata surpresa), integrados na galeria os três últimos Chefes de Estado e o Presidente do Conselho que com eles serviu - Homens que seguramente amaram a Índia, em termos de Humanidade, e que a União Indiana respeitou. Dando-nos uma lição.

*Quinto Hipólito Raposo

(Visita à Índia efectuada pela SHIP da 2 a 20/12/2001)

HISTÓRIA DE PORTUGAL

DE
Joaquim Veríssimo Serrão
12 VOLUMES



I VOLUME

(1080-1415) Estado, Pátria e Nação

II VOLUME

(1415-1495) A Formação do Estado Moderno

III VOLUME

(1495-1580) O Século de Ouro

IV VOLUME

(1580-1640) O Governo dos Reis Espanhóis

V VOLUME

(1640-1750) A Restauração e a Monarquia Absoluta

VI VOLUME

(1750-1807) O Despotismo Iluminado

VII VOLUME

(1807-1832) A Instauração do Liberalismo

VIII VOLUME

(1832-1851) Do Mindelo à Regeneração

IX VOLUME

(1851-1890) O Terceiro Liberalismo

X VOLUME

(1890-1910) A Queda da Monarquia

XI VOLUME

(1910-1926) A I República

História Política, Militar, Ultramarina e Diplomática

XII VOLUME

(1910-1926) A I República

História Social, Económica e Cultural

UMA EDIÇÃO VERBO À VENDA NAS LIVRARIAS

LEMBRANDO HERMENEGILDO CAPELO E ROBERTO IVENS

por Dra. MARIA NOÉMIA DE MELO LEITÃO

A História dos povos é consolidaada pelos grandes e retumbantes feitos que ecoam pelas quebradas do tempo e, também por outros que, embora heróicos, passados os primeiros momentos de consagração nacional e, mesmo internacional, se vão esbatendo na memória dos homens até se diluirem na confluência dos acontecimentos que se acumulam e transcorrem.

Evocam-se, em datas propícias, os factos que trazem até nós o tinir das espadas, o fragor das batalhas, o heroísmo dos que morreram em defesa da causa por que se batiam.

Prestam-se homenagens, erguem-se monumentos que vincalam a memória dos homens; depõem-se ramos de flores que, em si mesmas, transcendem o simples simbolismo do respeito e admiração; em suma, eleva-se, bem alta, a gratidão de todo um povo que, ao rever-se no seu passado, saberá construir o seu futuro.

E assim se revigoram, na evocação dos grandes feitos, a coragem e a determinação.

Mas é preciso não esquecer os que serviram Portugal, fora do plano dos combates, sem alardes, que fortaleceram o seu espírito na modéstia do seu proceder e se preparam, serenamente, para enfrentar os perigos com que iriam deparar.

Não é tarefa fácil para os que se debruçam sobre a história de Portugal – tão rica e tão complexa – ajuizar do valor e do alcance das obras realizadas e fixar, no imenso caleidoscópio dos feitos históricos, a imagem que melhor corresponda ao seu sentido crítico e à sua sensibilidade.

Daí que eu tenha deparado com dificuldades em escolher um tema que pudesse ser tratado neste despretensioso artigo e que correspondesse, justamente, a um conceito de silenciosa participação, de férrea vontade e que, não obstante o seu alto significado, se impusesse pelos sacrifícios calados, digeridos em cada momento, e inspiradores de esperança sempre renovada.

A nossa saga colonial é um manancial de feitos discretos, de vidas imoladas em favor do desenvolvimento das relações entre povos de etnia diferente.

Ela é a confirmação da nossa universalidade, da nossa capacidade de aproximação dos povos indígenas. E, se é certo que nos moveram interesses de ordem económica, isso não nos impediu de considerarmos os naturais na sua dimensão humana.

Relembrar exploradores africanos – como Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens – ou sertanejos – como Silva Porto e outros – é evocar alguns que nem sempre estão presentes na memória dos portugueses.

Estes dois exploradores, assim como Serpa Pinto, responderam ao apelo da voz dos políticos e do povo que se viam confrontados com censuras e deturpações vindas de além-fronteiras, de outros países colonialistas interessados em denegrir a nossa acção em África. Era preciso sair do litoral de Angola e penetrar no coração do imenso continente que escondia nas paragens mais recônditas o mistério esfingeio das suas potencialidades.



Portugal, desde tempos recuados, visionou a África, esperou dela compensações sócio-económicas e, num arrebatamento medievo-cristão considerou-a fundamental na prossecução do espírito de cruzada que, em território nacional, havia terminado aquando da nossa fundação como estado independente.

A política de expansão iniciada por D. João I e prosseguida até início do séc. XVI, como o período da África e a chegada à Índia e ao Brasil, iria satisfazer a ânsia do estabelecimento de correntes comerciais que justificam o que António Sérgio chamou de «política de transportes», mas não cuidou de uma fixação em África, salvo a tentativa do império Marroquino com as conquistas das praças de Marrocos, e a fundação do império do Oriente onde, embora restringido posteriormente a Goa, Damão e Diu, a Macau e só martirizado Timor, onde, dizia, permanecemos até à 2ª metade do séc. XX.

A conjectura internacional chamava a atenção para o continente africano, no terceiro quartel do séc. XIX, e impunha, aos países coloniais que dele se ocupassem em circunstâncias efectivas de fixação e exploração.

Os portugueses chegaram à foz do Zaire, cerca de 1484 e o reconhecimento foi prosseguido, com Bartolomeu Dias a caminho do Cabo da Boa Esperança. Desde então, nos detivemos na

exploração da costa de Angola sem encontrarmos muitos êxitos na tentativa de penetração do seu interior, mesmo depois da fundação de Luanda por Paulo Dias de Novais e na política de conquista continuada por outros governadores, nos sécs. XVII e XVIII.

Embora a costa de África continuasse a constituir ponto de passagem e de paragem para as naves que seguiam para o Oriente, o Brasil ofereceu aos colonos portugueses outros atractivos, no seu interior, o que levou à formação de grupos organizados - as bandeiras e as jornadas - que exploraram bacias hidrográficas, buscaram ouro, prata e pedras preciosas, traçaram mapas e definiram fronteiras. Há, pois, uma espécie de paragem na penetração do interior da África Central e Meridional, o que não invalidou a actividade de alguns conhecidos comerciantes que estabeleceram a ligação entre o litoral e as regiões mais remotas, como, por exemplo pelo Lourenço Marques, célebre explorador do séc. XVI. Aliás, já no séc. XV são conhecidos nomes de exploradores, como João Afonso de Aveiro e Rui de Sousa que exploraram o delta Niger e a foz do Zaire, respectivamente; Estevão de Ataíde que se dirigiu da costa oriental às minas de Monomotapa, na séc. XVI; o célebre sertanejo Silva Porto que, em 1852, assentou arraiais no alto do Zambeze e cuja narrativa se pode ler em «Uma Viagem à Contra-Costa».

Mas, tendo sido o comércio dos escravos o mais rendoso, durante quatro séculos, o litoral continuava a ser o ponto de encontro dos traficantes, já que a mercadoria aqui era oferecida, embora vinda do interior.

O advento da revolução industrial aumenta a exigência da aquisição de matérias primas e o continente africano - inexplorado, numa vastíssima extensão - torna-se cobiçado pelas potências industriais da Europa - A Inglaterra, a Alemanha, a França, a Holanda e a Bélgica lançam-se sobre esta presa que querem dilacerar, procurando cada uma melhor parte.

Portugal, a primeira potência colonial a ocupar alguns dos territórios do colosso africano e grande conhecedor dos seus problemas, tem de enfrentar os movimentos de cobiça que se desenharam à volta das suas colónias e empreende uma política de exploração que constitui, ao mesmo tempo, um traçado de mapas e uma delimitação de fronteiras. Ligar as duas costas de África passou a constituir um empenhamento dos Portugueses a que, aliás, alguns exploradores estrangeiros aderiram, realizando, também eles, feitos de valor. Livingstone morreu nos confins dos pantanais dos «grandes lagos» e a Inglaterra, ao recolher-lhe os grandes feitos, levou o seu corpo para Westminster, consagrando assim, a sua memória.

Opera-se um movimento nacional no sentido de ser protegido o nosso ultramar. Com a criação da Sociedade de Geografia, em 1876, tinha-se encontrado o organismo oficial aglutinador da vontade de muitos, da curiosidade de alguns e do interesse de outros. Urgia que os portugueses se lançassem na exploração da África Central, não apenas para cuidar de aspectos económicos, mas para, sistematicamente, estudarem os cursos dos rios que mais directamente interessavam a Angola e Moçambique, classificarem a flora e a fauna, auscultarem as populações, prescreverem, em suma, as potencialidades das

terras ignoradas e cujas coordenadas correspondiam, em parte, ao litoral por nós ocupado.

Aparecem, então, os nomes de três exploradores que haviam dedicado as suas vidas à causa do exército ou da armada. Abandonaram a quietude do seu lar, a comodidade de uma carreira serenamente escolhida e partem em busca do desconhecido, enfrentando perigos de todos os géneros, desde armadilhas dos indígenas, até à ameaça das feras, aos malefícios de insectos portadores de doenças graves e à carença de alimentos, de cuidados de saúde, de conforto.

Serpá Pinto, Capelo e Ivens prestaram-se uma colaboração mútua, numa expedição em 1877.

Serpá Pinto prosseguiu, sozinho, a sua missão de explorador, mas Capelo e Ivens permaneceram fiéis à sua complementaridade. O seu grande feito, foi, sem dúvida aquele que eles descrevem na obra «De Angola à Contra-Costa» e mais do que um relato de viagem é uma narração emocionada em cujas entrelinhas surpreendemos as decepções, o cansaço, as interrogações sem resposta, a amargura, a ansiedade - tudo amalgamado com a vontade de vencer, a necessidade de resolver situações, a certeza de que hão-de chegar a bom termo.

Foi uma viagem de trabalho.

Os «itinérários de Viagem» não se folheiam, sem uma ponta de emoção.

Além dos apontamentos preciosos sobre os acidentes geográficos (recortes da costa, dos cursos e margens dos rios, elevações planaltos, etc.) contêm, ainda, desenhos feitos a lápis sobre: a fauna das diferentes regiões; os habitantes e descrição resumida do seu vestuário e penteados; cenas de caça; transporte no dorso dos bois, nem sempre mansos, o que dão origem a situações de desequilíbrio jocosamente tratadas.

E, em duas páginas, a saudade da companheira deixada em Portugal foi mais forte do que o empenhamento em reproduzir as cenas do quotidiano. Um desenho mostra uma senhora de grande elegância com um vestido onde avulta a tournure, em moda, no tempo, e em decote bem pronunciado deixa entrever um colo aveludado.

No outro croquis, a senhora está sentada, numa postura de grande porte, e um leque aberto, sobre uma parte do rosto, faz destacar os olhos que expressam uma altitude um tanto maliciosa. Quanta saudade naqueles breves apontamentos que não foram feitos numa página a branco, mas, antes, ficaram integrados nas cenas da viagem!

O inicio dos trabalhos da expedição foi em Março de 1884. O objectivo era encontrar um caminho comercial entre Angola e Moçambique, «esclarecer a zona central» das nossas províncias de Angola e Moçambique e «saber até que ponto os férteis sertões podiam encontrar no Zambeze uma saída para os seus produtos».

Tudo foi previsto e preparado para reduzir a um mínimo o número de pessoas intervenientes na expedição, a quantidade de mantimentos, de caixas contendo lembranças, medicamentos, tendas, vestuário, etc.

Partindo de Moçamedes haviam de chegar à foz do Zambeze e a Quelimane, num percurso de 4500 milhas geográficas, com a duração de quinze meses.

Soportaram todos os climas - os docentes, os suportáveis e até agradáveis; sentiram vã dedicação de alguns negros que iam na

comitiva, mas decepcionaram-se com a deserção de muitos, a fuga de outros que levaram consigo mantimentos e a morte de uns tantos que não resistiram a doenças várias, num total de 53.

Enfrentaram animais selvagens que, ora constituíam um perigo imediato, ora lhes forneciam o alimento indispensável.

Conheceram negros de várias tribos, com os seus usos e costumes, uns mais bárbaros do que outros; entreviram bosquimanos que descrevem como seres repelentes.

Foram recebidos por sobas, quase todos acolhedores, outros, suficientemente matreiros e um que outro espalhando a fama das suas atrocidades.

Percorreram espaços de uma rara beleza, vegetação luxuriosa, rios caudalosos, desolação das espinhosas.

Experimentaram o mal-estar geral, a fadiga, o cansaço, a fome e a sede; os pesadelos, o sono inquieto, o alordeamento.

«Poucas vezes terá o chefe de uma expedição sofrido privações físicas e torturas morais como aquelas por nós experimentadas durante os primeiros meses que vamos descrevendo...» (De Angola à Contra-Costa).

Sofreram os efeitos da mosca tzé-tzé, do terror que ela infundia nos companheiros e até nos próprios exploradores e da doença que atingiu os bois que os acompanhavam e acabaram por morrer.

Mau grado tantas contrariedades, a viagem prosseguia, encontrando pontos de referência já conhecidos, como rios, o planalto, por exemplo. Chegaram à região do Garanganja onde encontraram um chefe (Musiri) que negociava com Benguela. Passaram por Katanga cujas minas de cobre lhes pareceram constituir uma futura e importante fonte de riqueza.

No Cassongo conhecem um soba que se dizia português e lhes ofereceu farinha de que se sentiam muito carecidos.

Mas, pressente-se na narrativa, o cansaço extremo.

Alimentava-os a esperança de que o Zambeze voltasse a aparecer-lhes e os levasse ao almejado ponto de chegada. Instigavam os acompanhantes à coragem, dizendo-lhes serem eles os primeiros homens do oeste que, tendo atravessado todo o continente vinham saudar os habitantes de leste e tinham ajudado os exploradores na realização de um serviço «inadiável» para Portugal.

Finalmente, a 25 de Abril de 1885 o grande rio é avistado do alto de uma serra. Um Hurrah - à maneira do tempo - foi a saudação que lhe fizeram.

Povoações várias se espalhavam nas suas margens.

Continuando a ler os capítulos que vão completar o 2º volume «De Angola à Contra-Costa» encontramos uma nítida diferença entre o estado de clima que inspira a sua narrativa a partir deste momento, ou o que experimentavam, anteriormente. O fim da hora vai revigorar forças e redobrar esperanças.

Ainda lhe faltam 700 milhas para concluir o que se haviam proposto. Todavia, daqui para a frente tudo estava facilitado.

Desde a produção hortícola (couves, alfaces, rabanetes) até vacas leiteiras tudo lhes era familiar. A língua portuguesa era falada por naturais e colonos e, na vila do Zumbo - onde

estiveram dezanove dias - puderam ler livros franceses e portugueses, outros que não eram os especializados que haviam lido durante toda a viagem.

Bebiam café, fumavam cachimbo e estavam instalados numa casa de pedra e cal.

A 23 de Maio preparam-se para partir, rio abaixo em canoas, acompanhados de um comandante militar e alguns negociantes. Viram Chedima, país que fizera parte de Monomotapa, de que Ofir era a capital e Sabá uma das suas raínhas.

Assim se mistura a lenda com a realidade...

Tiveram de se afastar do curso do Zambeze porque o rio ia entrar agitado nos rápidos de Kaborabassa, e avistam, dias depois, Tete aqui entrando com a bandeira de Portugal arvorada bem alto, a frente de toda a comitiva disposta em fila.

Um banquete é-lhes oferecido, três dias depois da sua chegada e na véspera da sua partida para Mazaro. Um sol radioso, uma brisa fresca e milhares de aves foram os elementos que lhes deram as boas vindas em Mazaro.

A 26 de Junho de 1885 avistam Quelimane, na margem esquerda do Cuicuá.

O governador geral da província - o Comandante Augusto de Castilho - encontrava-se casualmente ali e, recebendo-os de braços abertos os saudou em nome do país.

Algumas horas depois, chegavam ao Oceano Índico e estavam percorridas 4500 milhas geográficas, durante uma missão que durara quinze meses.

Do ponto de vista prático, haviam visualizado terras, desenvolvendo culturas de produtos vários, com o respectivo escoamento através de vias fluviais. Depararam com rochas, hoje exploradas como produção de pedras semipreciosas - malaquite, limonite, quartzo, jaspe.

Do ponto de vista científico, tiraram conclusões de ordem antropológica; procederam a determinações geográficas (latitude, longitude) de 74 localidades;

Fizeram observações magnéticas terrestres de 25 localidades; observações magnéticas e meteorológicas; metereológicas feitas diariamente.

Contribuíram para o estudo de aves; conchas terrestres e fluviais de 37 locais; trouxeram 24 coleções botânicas; exemplares de minerais de rochas e de fósseis de 57 locais.

Estudaram o rio Cuango nas suas relações com o Zaire e territórios portugueses da Costa Ocidental, colheram informações preciosas que foram aproveitadas na elaboração de cartas geográficas de Angola e de Moçambique.

Bem merecem ser conhecidos dos Portugueses estes dois oficiais da Marinha que à causa de Portugal dedicaram anos de labor intenso, quer estudando no terreno condições geográficas, étnicas, sociais e económicas, quer tratando-as esquematicamente na mesa de trabalho do gabinete.

Justamente com tantes outros bem lhes cabe o verso do genial poeta:

«Ditosa Pátria que tais filhos teve».

UM PORTAL NA MURALHA FERNANDINA, AO FUNDO DOS JARDINS DO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

por JORGE PEREIRA SAMPAIO

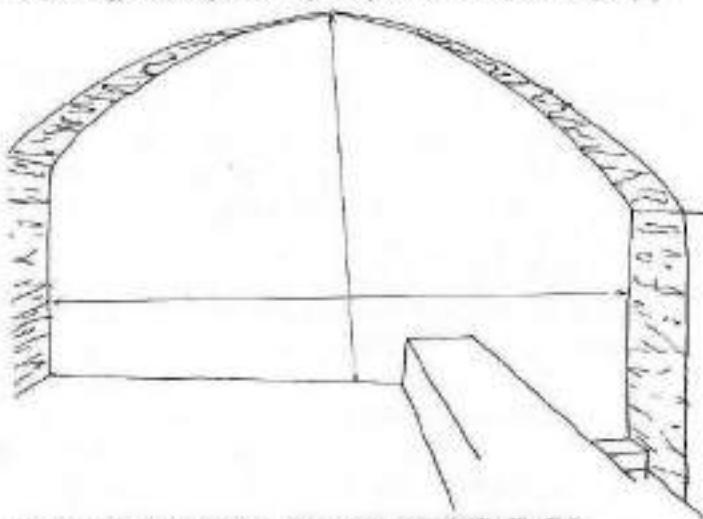
Imo directa ao Rossio, a Rua das Portas de Santo Antão (antes «Corredoura» e, no Séc.XIV, foi ainda chamada de «Carreira dos Cavalos»; com a construção da Cerca Fernandina e a consequente abertura de uma porta naquele local, primeiramente, foi conhecida por Porta de S. Domingos mas, pouco tempo depois, logo recebeu o nome de Santo Antão), pela sua situação privilegiada, adquiriu enorme importância como canal de ligação das zonas extra-muros ao centro da cidade.

As Portas de Santo Antão eram as portas por onde entrava mais gente em Lisboa no Séc.XVII: mil e quinhentas cavalgaduras em média, carregadas de farinha, frutas, hortaliza e outros produtos (segundo o «Livro das Grandezas de Lisboa», de Frei Nicolau d'Oliveira).

O «Livro das Grandezas de Lisboa» refere que: «Da parte do Norte se entra nesta cidade por dous valles, que como acima fui dito esão povoados de huma parte de muy nobres casas e da outra de muy grandes e frescas portas e por estes dous valles se vem a dar em hum muy grande recio chamada assim per excellencia de sua grandeza e formozura em o qual se faz cada semana as terças feiras huma muy grande feira e abundante de todos as coisas pertencentes ao uso da vida humana e tendo no principio hum jardim sôximo chafuzo esau cercado da parte Norie com duas muy grandes e nobres moradas de casas e com as do Sancto Officio, edificios muy sumptuosos e vistosos (...).» (1)



PLANTA DE LISBOA DE G. BRAUN (1572)



DESENHO DO PORTAL QUE FOI DESENTERRADO
NA MURALHA FERNANDINA, AO FUNDO DOS
JARDINS DO PALÁCIO

Segundo A. Vieira da Silva, n° «A Cerca Fernandina de Lisboa», «as portas eram constituídas, algumas delas por uma quadra ou recinto rectangular murado, com um ou dois vãos de portas nos seus muros dianteiro e posterior, e guarnecido o da frente com duas torres defensivas laterais; assim eram as Portas da Mouraria, Santo Antão, de Santa Catarina e talvez da Cruz». (2)

Não se conhecem desenhos nem planos topográficos que permitam uma localização exata das Portas de Santo Antão. Segundo A. Vieira da Silva «parece que era constituída por um recinto rectangular que ocupava toda a extensão da rua fronteira ao prédio compreendido entre esta Travessa e a Rua dos Jardim do Regedor (24,5 m)» (3). Diz ainda o ilustre lisipense que, interiormente, tinha dois chãos que a Câmara aforava em 1560 e 1570: «Chão entre as duas Portas de Santo Antão, entrando pela primeira porta da banda do Mosteiro de S. Domingos, o primeiro à mão direita (1º chão); na chão entre as duas Portas de Santo Antão, o qual está mais chegado ao meio sul e estão as duas portas (2º chão). Estes dois chãos medianamente 16v 1,5p (17,93 m) no sentido da comprimento da rua» (4). Os chãos mencionados ocupavam dentro do recinto 5v 0,5p (5,61 m) de largura, ficando ainda livre a rua que vai entre as duas Portas de Santo Antão, o que indica que devia ser grande a largura da rua naquele séc.

Junto às portas existiram duas torres simetricamente colocadas - como se pode observar na gravura de Braun, de 1572. As torres eram as construções defensivas com dimensões maiores, em termos de altura, as suas medidas regulavam 8x8 metros, com altura de cerca de 15 metros. Para uma melhor apreensão de como era a Cerca Fernandina, refira-se que as muralhas eram de alvenaria, de altura variável, regulando por 8 metros; a

espessura parece ter sido fixada em 8 palmos de craveira (1,75 m) ou 10 palmos (2,20 m), considerando a vulnerabilidade dos locais. Quando a inclinação era grande, dispunha-se em escadaria – como acontece ao fundo do jardim do Palácio da Independência. O acesso ao adarve dos muros era feito por escadas de pedra, encostadas ou pegadas aos muros, ou também, perpendiculares. Pelo lado de fora, a muralha tinha uma faixa de terreno contíguo (barbacã), que era limitado no exterior por um muro baixo.

Segundo Fernão Lopes, a muralha foi feita entre 1373 e 1375 (é também Fernão Lopes o primeiro a referenciar as portas por Portas de Santo Antão). No entanto, segundo um documento de 1378, autorizando o Concelho a aumentar a taxa do vinho para se concluir a construção do muro da cidade, verifica-se que afinal a obra durou mais tempo (5). Fruto de maus operários ou de má construção, a muralha vai carecer de reparações nos anos seguintes: 1385, 1391, 1393, 1396 (6).

Prevendo o perigo de um ataque inglês a Lisboa, em 1625, mandou a Câmara fazer uma vistoria às muralhas. No referido documento, diz: «Portas de Santo Antão: fazer hum paredão como rebelam e tapar hum dos postigos que está da parte das casas de Garcia de Melo e reformar as portas do que lhe for necessário»; (7) – assim foi mandado fazer um revestimento à frente das Portas de Santo Antão.

Após a Restauração e, com o intuito de prevenir um possível ataque espanhol, de novo foram tomadas providências para a defesa de Lisboa: em 1650, nova vistoria foi feita às muralhas, pelo Arq. Mateus do Couto. Nesse relatório, de 21 de Março, escreveu-se: «As Portas de Santo Antão, de dentro tem portas, e as duas de fóra têm as tem, a outra não. Esta se bu de tapas». Mais à frente, diz: «Conforme a esta relação há em número da muralha exterior d'esta cidade quarenta portas, entre tanto as duas de fóra da Mouraria e Santo Antão, das quais se bu de

tapas de pedra e cui dezeno e ficam vinte e duas naque lido de servir...» (5).

Mais notícias há destas portas em 1727, como se vê na «Demonstração Histórica da Príncipe e Real Parochia de Lisboa»: «Esta porta he ionia das q[ue] pertenciais ar distrito da noiva freguesia no anno 1476 fez lhe fronteira a Revo e penso desse a hum lido a Igreja de S. Luiz da Nazaré Fronteira edificada no anno 1551. Havia por cima de huma parte a Imagem de N. Senhora da Conceição e da outra a de Santo Antão de que tomava o nome a seu lados em huma pedra as Armas Reues com as da cidade que hoje temos quasi esborrada por terra e em outra a inscrição que abraro exporey. Para a solene e pública entrada que fez o Embaixador de Castella o Marquez das Balbarez na tarde do dia de Reys seis de Junho de 1728 para se elevar maico arco de sua portas se levaram antecedentes annos as Santas Imagens que hoje temos colocadas em pregeiros nichos quasi punto ou offito da antigua portas...» (8). Também o Padre João Bautista de Castro, no seu «Mappa de Portugal», ilustra recordar-se ainda de ver colocadas nas suas estreitas as portas com que se fechava, chapeadas a ferro, que no ano de 1727 se tiraram para desafogar a entrada do Marquez de Los Balbarez. (9)

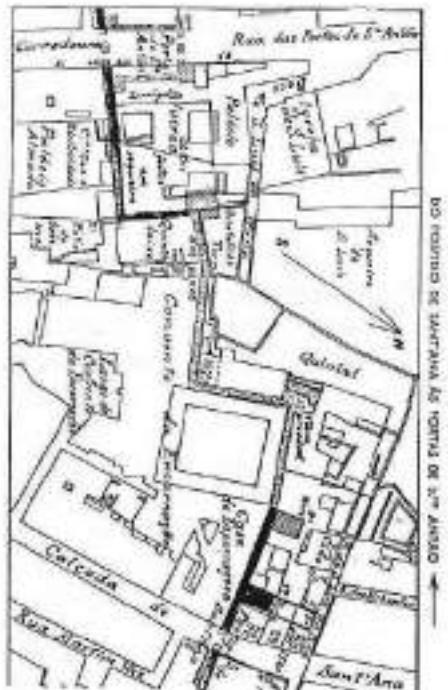
Em 1755, o arco de Santo Antão sofre com o terramoto, acabando depois por ser totalmente demolido.

No fundo dos jardins do Palácio da Independência, pegadas à Muralha Fernandina, existem três salas. Na que fica a Poente foi, em finais de 1990, desentupido no seu interior, um amplo portal, de estilo gótico, assente na própria Muralha. Surge então o problema: o que fazia um portal na Muralha, em linhada com o jardim? Pelo outro lado, existe o edifício da Casa do Alentejo: o antigo Palácio Alverca. Esse Palácio, que foi propriedade da Família Pais do Amaral, foi construído nos finais do Século XVII. No local existiu o Curnil Velho, no Século XV e, no Século XVI, em um terreno aforado pela Câmara, em vários lotes (segundo Vieira da Silva). (10)

É preciso ter em conta que a Rua das Portas de Santo Antão, tal como é hoje, existe a poucos metros desse portal. Pelo outro lado, devido às suas dimensões e às suas características góticas que nele se observam, afigura-se então uma questão: será que a rua tinha um alinhamento diferente e passava por ali, sendo aquele arco uma das Portas de Santo Antão?

Pela análise da Planta de Lisboa antes do terramoto de 1755, atribuída a José Valentim Freitas (desenhador do Quadro das Obras Públicas, falecido no último quartel do Século XIX), dá-nos a impressão de que, partindo ao longo da rua, de Sul para Norte, verifica-se que logo passando o espaço do Palácio da Independência, a rua alarga. Ora, esta configuração dá a ideia de que o Palácio, após o aforamento de 1713, tornou a rua mais apertada naquele local onde desemboca no Rossio, uma vez que ela ia até mais para Nascente. A planta da Freguesia de Santa Justa, que acompanha a obra «Lisboa Pombalina e o seu museu», repete este aspecto. As plantas de Braun (1572) e de Tinoco (1650) são pouco elucidativas: a primeira dá a perceção da existência de duas torres simétricas junto às Portas; a segunda não faz referências nem às Portas nem à torres.

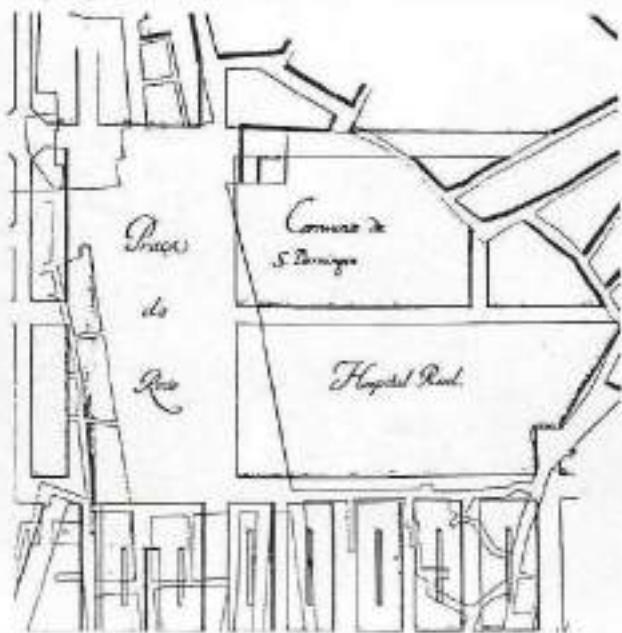
Vieira da Silva, por seu lado, segue a actual configuração espacial da rua como tendo sido sempre assim; por outro lado,



A. VIEIRA DA SILVA — «A CERCA FERNANDINA DE LISBOA»

no seu segundo volume de «A Cerca Fernandina de Lisboa», reformula parte do que apresentara no primeiro e, ainda, deixa os problemas relativos a estas Portas bastante em aberto.

Entretanto, em 1991, foram feitas diversas escavações para obras de saneamento ao longo da rua, desde o Largo de S. Domingos até à zona próxima da Igreja de S. Luiz dos Franceses. Nessas escavações, poucos metros a Norte do Palácio Alverca, a meio da rua é visível, segundo o parecer do Dr. Rodrigo Banha da Silva, Arqueólogo da Câmara Municipal de Lisboa, um muro de construção pré-Pombalina (fotos 15/15A). Ora o que fazia um muro pré-pombalino a meio da rua, à frente de uma das entradas



PLANTA DA CIDADE DE LISBOA — A. VIEIRA DA SILVA (ATRIBUIDA A JOSÉ VALENTIM DE FREITAS)

principais da cidade? Crê-se então que a descoberta deste muro venha denunciar a existência de uma casa qualquer nesse local, tendo então a rua outra localização noutros tempos. Não seria então a rua mais a Nascente? Tem de referir-se que, pelas medidas colhidas em E.F. de Oliveira, nos seus «Elementos...», as Portas dianteiras alinhavam mais ou menos por aquelas coordenadas, uma vez que ficavam a 17,93 metros a Norte da Muralla. Se as Portas dianteiras forem mais a Nascente então, a porta ao fundo do Jardim do Palácio da Independência poderá ser uma das Portas de Trás - talvez entalpada pouco depois de 1650.

NOTAS:

- (1) Oliveira, Frei Nicolau, «Livro das Gincanas de Lisboa», Lisboa, 1804, p.239
- (2) Silva, A. Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», 1987, Vol. I, p.25
- (3) Silva, A. Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», 1987, p.90
- (4) Idem
- (5) Oliveira, E. F. de, «Elementos para o estudo do Município de Lisboa», Vol. I, p.251
- * (6) Oliveira, E. F. de, «Elementos para o estudo do Município de Lisboa», Vol. I, p.250, 291, 295, 316
- (7) Oliveira, E. F. de, Idem, Vol. III, p.167
- (8) Conceição, Frei Apolinário, «Demonstração...», 1750, p.193
- (9) Castro, Padre João Baptista, «Mapa de Portugal», 1763, Tomo Terceiro, Parte V, p.38
- (10) Silva, A. Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», Lisboa, 1987, Vol. I, p.87

TEIXEIRA DE PASCOAES UMA POESIA DA ALMA PORTUGUESA

por Dra. TERESA BERNARDINO

Com grande sensibilidade aos problemas da vida e da morte, da matéria e do espírito, da dor e do mal, Pascoaes transformou a sua inquietação filosófica em poesia elevada de Absoluto.

Da Natureza, da coisa criada, fez um mundo de sagrado, de espiritual. A espiritualização da matéria transformou cada um dos seus poemas num pantheísmo, que não deixa de ser também um panhumanismo (a matéria inanimada está profundamente imbuída de humanidade espiritual).

Vejam-se alguns exemplos: «As rochas meditam»; «O musgo é sensível»; «A pedra tem olhos»; «O orvalho sorri». Estas passagens do livro Jesus e Pá revelam bem como Teixeira de Pascoaes uniu o inanimado. Eis, aqui como em Fernando Pessoa, uma Filosofia oculta da Natureza, embora com um cariz mais acentuadamente religioso.

Nu verdade, a Natureza é o grande tema do poeta de Mariana.

Mas, uma Natureza só transparente pela alma que encerra: «A forma é a aparença/ transitório clarão que ilode os olhos bortais/ Que não conseguem ver a sempiterna essência/ O espírito que anima os astros mortais! / Somente a alma existe».

E vai mais longe: Jesus - o Deus Revelado pela sua própria humanidade - é símbolo de vitória sobre o mal, e transitóridade: Eu que sou frágil, transitório e ván;/ Que projecto, no mundo, a sombra de uma cruz! «O Ideal - Jesus - fez-se Realidade.

Ainda no livro de poemas *Jesus e Pá*, Pascoaes faz emergir a teoria da saudade, ao considerar que a dor não é mais do que a «infinita Saudade» e nela «apenas vemos uma nuvem a voar».

Aqui se nota bem como existe latente toda uma filosofia do sensível, do natural, onde se pode descobrir a própria verdade: «Almas, que procurais um penas de verdade/ Procurai-a num lirio ou numa rocha dura».

Paralelamente, distingue-se claramente nas obras de Pascoaes, toda uma filosofia política. Ela é patente desde os seus primeiros artigos publicados na revista *A Águia* (1912). Essa filosofia nova exposta pelo movimento *Nova Reclusão* (de que o autor de *Sempre* é um dos principais dinamizadores e tornou bem conhecida) chamou-se *saudosismo* ou teoria da *Saudade* - permanente na alma portuguesa. A Saudade diz respeito ao passado «que é a velha lembrança» mas toca também o presente ao gerar «o Novo Desejo» e projecta-se no futuro, através de ideal, expresso pelo P. António Vieira, que designou de Quinto Império.

No conferência proferida, no Porto, em 1912, intitulada *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Pascoaes entende que o sentimento da saudade nasceu do casamento do Paganismo greco-romano (naturalismo pagão) com o Cristianismo judaico (espiritualismo cristão). Com efeito, a *Saudade* tem um carácter ambíguo e, simultaneamente, realiza, com perfeição, a simbiose das heranças culturais romana e cristã. Neste contacto, define a saudade como «o desejo e a tristeza, a matéria e o espírito, a morte e a vida, a terra e o céu».

Assim, em *Arte de ser Português* (1915) «a alma da nossa nação», «a alma da pátria» coincide com o conceito de *Saudade*.

Procuremos, agora, a razão desta identidade. A resposta está patente numa passagem de *O Génio Português*: «Temos de Portugal...messiânicos Povo que tendo dado à Humanidade o mundo físico compete-lhe dar agora um novo mundo moral». Logo a expressão messiânica nos desperta a saudade.

De facto, Pascoaes encontrou nos princípios passos da História de Portugal um sentido de maturidade messiânica. A expansão dos cristãos nos tempos da Reconquista, a ditadura do reino nos séculos da Aventura Marítima. Num e outro tempo, Portugal teve uma missão de sentido universalista, de carácter saudoso e, em simultâneo, de sentido prospectivo. A captura dessa alma pátria, unia e múltipla, fora excepcionalmente formulada, no século XVII. Em agora responha no declínio do século XX. Pascoaes delineia-a no livro *Arte de ser Português*: depois da Diáspora peninsular e Atlântica, de sentido espiritual e material, faltava à Portugal construir «um novo mundo moral» (*O Génio Português*). Esse «novo mundo» era a *Nova Civilização ou Renascimento Espiritual* cuja dimensão universalista tocaria Portugal, de novo, um *país para o mundo*. Isto significava que «Portugal devia realizar no futuro», através da *saudade saudosa*, a própria Humanidade. O *espírito Saudoso*, de que a pátria portuguesa era depositária, conduziria, pelo seu superioridade mental, o mundo novo que, sem Portugal, seria vazio de espiritualidade. Porque, como Pascoaes escrevia, então, «a saudade...significa a eterna Renascença, a eterna aspiração humana» (*Arte de ser Português*).

Assim, o poeta - filósofo lançava as bases de um Portugal - porta espiritual para a Nova Civilização dos tempos vindouros, dos tempos que ele não suspeitava iriam alcançar nos escritos de Fernando Pessoa, seu grande admirador, uma das mais altas afirmações culturais de Portugal no mundo. O nosso tempo começa a dar razão a Pascoaes. Portugal, ou se afirma pelo Império do Espírito, ou só lhe restará subordinar. Desse destino, creio, não passa pela vontade do genuíno Povo Português. Aquela povo das serranias, das orlas marítimas, das cidades empreendedoras e cosmopolitas, conserva bem, no fundo da sua alma, o génio que lançou os homens da terra e das águas nos vastos oceanos e entre gentes de tão diversa viver.

O CRESCIMENTO

por Dr. BECKERT D'ASSUMPCÃO

Depois dos calções curtos vieram pela primeira vez as calças compridas. Pareciam duas vidas diferentes, só por causa de mais pano, diriam alguns, assim por engano. Quando a primeira vez me vi no espelho, risinho, coquinho, cabelo muito espesso, louro, ainda mal entendido porque meio curto, ou meio comprido. Usava-se brilhantina naquela altura. Despejei um frasco inteiro, até uma rapariga, daquelas que gostava então de impressionar, me chamar ou dizer, que parecia a rata saída dos canos.



Promoção Consórcio Empresário

PODE DISPOR DE ESPAÇO NESTE BOLETIM PARA DIVULGAR OS SEUS PRODUTOS OU OS SEUS SERVIÇOS.

PRECISAMOS DE SI, ASSIM COMO ELE SEREMOS CERTAMENTE MUITO ÚTEIS PARA A SUA EMPRESA.

CONSULTE-NOS, POR TELÉFONE OU FAX,
DAS 10H00 ÀS 18H00, ININTERRUPTAMENTE.

Tinha, ou teria já amor próprio para julgar necessário me defender a todo o transe da minha aparência? Mas depois pensei que aparência não é, nem de longe, tudo. Fix-me forte e mandei raspar o cabelo à escovinha, do que fui muito mal compreendido pelos meus companheiros, já não bem de brincadeiras, mas de horas de conversa a fio, sobre os mais variados temas, um deles, e principal, o das raparigas! Claro que tinha que defender o meu visual naquela altura escusava-se a palavra figura. A expressão de fazer, ou não fazer, boa figura era muito empregada e discutida. Eu não gostava de fazer boa figura, por fazer boa figura, achava isso desestável... por isso eles andavam mais em conversa com as raparigas do que eu. O que me aborrecia um tanto, sem muito, em dias que elas me pareciam muito importantes, quando na verdade não o eram ainda.

Importantes eram os estudos. Eram mesmo muitas importantes na conversa de meus pais. Eu achava-os nem tão importantes assim. Havia outras coisas importantes. Se ganhava, ou não, o Belenenses por exemplo. Eu só era belenenses porque ouvi, um dia, meu pai dizer que era Belenenses e que me levava a ver uma final com o Sporting no Campo Grande - Essaído de madeira. O Belenenses ganhou e foi uma alegria imensa que se espalhou por aquele jardim fora! Havia homens que vendiam emblemas da Cruz de Cristo vazados em chumbo e pintados por cima. Meu pai comprou-me um. E daí por diante nunca mais deixei de ser belenenses, qualquer que fosse a circunstância. Para meu pai, claro, foi naquela altura apenas um modo de agraciar ao Governador Civil de Lisboa, que se chamava Madeira, e creio que dizia ser seu amigo. Fui-lhe apresentado e levei uma palmada no ombro. Fiquei inclinado. Era Belenenses e conhecia o Governador Civil.

Mais importante que tudo, porém, foi o momento em que recebi, de graça, ali no Liceu Camões, uns bonins da Mocidade Portuguesa. A fúria veio depois... e fúria é mais um grande motivo de lealdade. Talvez as pessoas achem, hoje, que ser leal é uma tolice. Talvez achem que se deve mudar a camisa como se muda de lealdade. Para mim, porém, a palavra implica «para sempre». É estúpias, dirão alguns, tal estúpido como mais tarde me pareceu ser importante ser leal no País e à mulher de quem gostei. São coisas estranhas que se entrosam na nossa juventude. Quando pela primeira vez entrei no Paço da Independência foi como se pisasse um Templo Sagrado! Acho que pouca gente possa julgar assim... só que para um rapaz incapaz, na altura, de dormir o cabelo e que tinha em si uma personalidade reverente e irreverente ao mesmo tempo, as coisas, os acontecimentos são tão estranhos, que parecerão para todo o sempre estranhos.

«Aulegría», «Ulissipo» e «Eufrósina». Se bem que mal conhecidas dos Portugueses, mereceram contudo o entusiástico apreço e o acusado estudo de críticos estrangeiros (Ninguém é proletário na sua terra...), tais como Menéndez y Pelayo, Aubrey Bell, Carolina Michaëlis, Eugenio Asensio. A este último se ficou devendo a minuciosa e agudíssima edição crítica da «Eufrósina» (Madrid, 1951), patrocinada pelo Instituto Miguel de Cervantes.

De acordo com o que se diz na nota de apresentação do crítico, na referida edição, a comédia em apreço é classificada como «obra maestra de la prosa clásica portuguesa» e contém em si «una pitoresca evocación de la vida portuguesa en tiempo de Don Juan III, y un tesoro de lingua y folklóres».

Sobre o mérito literário de Jorge Ferreira de Vasconcelos se havia pronunciado já Francisco Rodrigues Lobo, em dedicatória dirigida a D. Gastão Coutinho (Eufrósina, ed. de 1616), na qual o escritor exalta «a exceléncia de sua linguagem, a propriedade de suas palavras, a galanteria de seus conceitos, a verdade de suas sentenças, a agudeza e sal de suas graças, e sobretudo ser livro tanto em favor da língua portuguesa».

A «carta de Goas» é evidentemente uma peça de ligação, mas nem por isso deixa de ser um excelente paradigma das cartas enviadas do Oriente para o Reino. Para além do seu incontestável interesse literário, é esta um documento de particular relevo para a compreensão do panorama nacional, nas suas vertentes social, económica e moral, na época em que o Autor a situa.

A carta vem datada de 20 de Dezembro de 1536, e nela se atende a alguns acontecimentos reais, que se prendem com a ação militar desenvolvida pelos Portugueses no Oriente, por ocasião do 1º cerco de Diu.

Dado que se trata de um texto relativamente longo, limitar-me-ei a fornecer dele uma versão epitómica, adaptando-lhe naturalmente a linguagem à forma actual. A missiva, que aparece na comédia dirigida a Silvia de Sousa, irmã do remetente, é iniciada por uma fórmula de cortesia - «Senhora Irmã» - , certamente em uso no meio social a que pertence a destinatária.

Segue a mensagem abreviada e modernizada do texto, que optei por transmitir em 3^º pessoa:

- Lamenta-se o jovem fidalgo recém-chegado à Índia dos rigores da viagem, durante a qual sofreu «muito trabalho e tormentas». Passou sempre farto enjoado e doente que jogou ali vir a perder a vida. Na costa da Guiné superou quarenta dias de calmaria; todos os tripulantes adoeceram e alguns morreram. Ele próprio sofria tanto com o balanço da nau que escapou por uma unha negra. Única consolação: encostado ao mastro, alongar o olhar para as bandas de onde lhe dizem que lia Portugal; ou então - o que lhe dá novo alento - buscar alívio na saudade, tangendo viola e cantando.

Passada a linha equinocial, nova calmaria, por espaço de quinze dias. Depois, chuva grossa e ventos tão fortes que a tripulação chegara a pensar em alijar a carga para não ir tudo por água abaixo. Foi assim até ao Cabo das Agulhas.

Confessa que pouco lhe importaria morrer, não fosse o temor de desamparo em que deixaria a mãe e a irmã. Valeram-lhe as orações à Virgem, a quem sempre se encorajou, e a S. Pedro Gonçalves (¹), que lhes apareceu no mastro, «em candeias» (²).

Por altura do Cabo das Correntes, deu-lhes o vento suave com tanta violência que deram por perdidos. Ji então a água e os mantimentos começaram a faltar-lhes,



UMA «CARTA DE GOA»

por Dra. MARIA DE LOURDES SÁ
NOGUEIRA SARAIVA

A carta a que se faz menção acha-se inserida no corpo do Acto II, cena V da comédia «Eufrósina», de Jorge Ferreira de Vasconcelos (? - 1585), que foi escudeiro da casa do Duque de Aveiro e, mais tarde, Escrivão do Tesouro Real e casa da Índia. Da sua actividade como comediógrafo chegaram até nós três peças:

Mas o Senhor Deus não os abandonou e, ainda que com muito esforço, conseguiram dobrar o Cabo da Boa Esperança, de onde seguiram com bom vento para Moçambique, «não pouco destroçados». Daí passaram finalmente a Goa, com tempo bonangoso.

Está agora a preparar-se para partir para Sofala, porque teve tanta sorte⁽¹⁾ que lhe entra a sua feitoria dentro de quatro meses. Mostra-se satisfeita com o acolhimento por parte do governador, que lhe «faz mil honras». Vai pois podendo «lançar os corninhos ao sol» e enxugar o «bolor do mar». Só uma coisa o preocupa: é que não consegue encontrar uma namorada a seu jeito. As Matabares, que tanto gabam, não são do gosto de quem, como ele, é «perdido por olhos quebrados, que fazem surtos no ar».

Mas, já que chegou a Goa em bem, o que espera é levar para o Reino muito dinheiro, para a irmã e para si. E não deixa de observar à destinatária da carta que, se foi à Índia, foi principalmente para seu «amparo e honras». «E adverte-a de que deve zelar por sua honra, pois bem sabe» quanto vale nas mulheres, e quanto vidente é, «que na vida não há coisa que chegue ao bom nome». Espera, se Deus lhe der vida, visitar a Portugal o mais cedo possível, porque nida lhe dá tanto cuidado como a irmã. Recomenda-lhe ainda a Mãe, a quem deve obediência, e lembra-lhe que não case antes do seu regresso, porque então lhe dará o que traz e escolherá o marido que ela merece. «Inda que tarde, será para mais descanso» - conclui.

Quanto a notícias de Goa, a mais importante é que há o risco de um ataque dos Rumes. O Governador está em Dio, de posse do tesouro do rei de Cambais, e espera-se muita guerra. Observa que no Oriente há grandes riquezas mas que ele preferiria achar-se em Portugal, onde o que há bastaria, se não fosse a desenfreada intemperança e cobiça de luxo que se apoderou da nossa gente, antes tão comedida. Dos Portugueses dizem agora os naturais da terra que «ganham a Índia como cavaleiros esfogados, e que a perderão como mercadores cobiçosos».

Encerra a carta com beija-mão reverente a D. Carlos e a Eufrosina - os parentes que, na sua ausência, dão abrigo e amparo à irmã -, e com recomendação para familiares seus e de outros portugueses que, como ele, se encontram ainda retidos no Oriente. E são eles: Galoar Falcão, filho de sua tia Briolanja, que fez uma viagem para as ilhas de Makliva, onde correu grande risco, «porém fez fazenda, e foi-se convalescer a Ormuz»; o marido de sua comadre Violante Dornela, que partiu para a China e de Malaca

escreveu, dizendo que fizera boa mercadoria, e contava tornar a Goa a tempo da partida da armada para o Reino; o irmão de sua parenta Constança de Figueiredo, a quem Silvia de Sousa poderá informar de que fez uma rica prova na rota da ilha de Socotra, e foi correndo a costa até ao Cabo de Guardafui - aquele mesmo cabo que se acaba «Junto de um seco, fero e estéril monte», a que se refere Camões⁽⁴⁾ - , mas que está agora na fortaleza de Dio, muito conceituado e rico.

Antes de terminar, não deixa de lembrar à irmã que rogue a Deus que o faça voltar a Portugal, como deseja. Segue-se o beija-mão de despedida a Silvia de Sousa, a quem deixa o encargo de dar recomendações suas aos conhecidos que com elas folgarem» -

Bem longe estariamos certamente de esperar encontrar numa comédia uma tão impressiva imagem das condições em que se desenrolava a viagem de uma armada da carreira da Índia, desde o Resielo até Goa. Todos sabemos que sempre o fantasma do naufrágio perseguiu a tripulação das naus; mas esquece-se que o enjôo não lhes era menos fatal...

Revelemos ainda; a pungente saudade do pequeno país distante; as preces à Virgem e aos santos protectores; as condições precárias em que ficava a família a cargo do soldado; a sua responsabilidade, não só em garantir-lhe a sobrevivência, mas também o dote das irmãs casacionárias; o regime exclusivamente contratual do casamento (segurança contra dote); a fúria de, ao abrigo do breve prazo de duração da missão militar - 3 anos -, procurar construir um pé-de-mela, para garantir de desalogo económico, no voltar...

Se as pálidas linhas, que serviram de resumo a carta extraída da Eufrosina, tão fascinante quanto rica de informação, alcançaram despertar a curiosidade do leitor sobre a obra dramática de Jorge Ferreira de Vasconcelos, terá esta nota atingido o objectivo que determinou a sua elaboração. E foi elle arrancar do esquecimento dos Portugueses um dos escritores mais expressivos e valiosos do nosso século de ouro.

⁽¹⁾ - Patronos dos mareantes. Também conhecidos por São Pedro Veste, São Pedro Gonçalves Telmo, São Telmo e São Telmo.

⁽²⁾ - Cf. «Lusíadas», V, 18, episódio 10 de «figo de Santelmo».

⁽³⁾ - Obscis ou scis que custavam à sua teseum inhum mortuicridibus in cetero de Dio

⁽⁴⁾ - Cf. Cântico IX



EFEMÉRIDES DA S.H.I.P.



COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO DE 1988



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DOS 350 ANOS DA RESTAURAÇÃO 1991



COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO DE 1990
EM FARO



VISITA A ALCOBACA EM 20-11-1987



COMEMORAÇÕES DO «MANUELINHO» EM ÉVORA 22-10-1987

